



UFOP

Universidade Federal
de Ouro Preto

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
ESCOLA DE TURISMO, DIREITO E MUSEOLOGIA
DEPARTAMENTO DE TURISMO

TAYNÁ CARMACIO SILVA

TURISMO, PATRIMÔNIO E A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA:

Ouro Preto (MG), a cidade é da humanidade mas não da comunidade?

Ouro Preto

Dezembro de 2019

TAYNÁ CARMACIO SILVA

TURISMO, PATRIMÔNIO E A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA:

Ouro Preto (MG), a cidade é da humanidade mas não da comunidade?

Monografia apresentada ao Curso de Turismo da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Turismo.

Orientadora: Prof. Dra. Kerley dos Santos Alves

Ouro Preto
Dezembro de 2019

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

S586t Silva, Tayna Carmacio .
Turismo, Patrimônio e a Extensão Universitária [manuscrito]: Ouro Preto (MG), a cidade é da humanidade mas não da comunidade? . / Tayna Carmacio Silva. - 2020.

71 f.: il.: color., tab..

Orientadora: Profa. Dra. Kerley dos Santos Alves.
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto. Escola de Direito, Turismo e Museologia. Graduação em Turismo .

1. Patrimônio cultural. 2. Turismo. 3. Extensão universitária. 4. Ouro Preto (MG). I. Alves, Kerley dos Santos. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 338.48

Bibliotecário(a) Responsável: Maristela Sanches Lima Mesquita - CRB:1716

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA
ESCOLA DE DIREITO, TURISMO E MUSEOLOGIA
DEPARTAMENTO DE TURISMO

**FOLHA DE APROVAÇÃO****Tayná Carmácio Silva**

TURISMO, PATRIMÔNIO E A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA:
Ouro Preto (OP), a cidade é da humanidade mas não da comunidade?

Membros da banca

Kerley dos Santos Alves - Doutora - Universidade Federal de Ouro Preto
Maria do Carmo Pires - Doutora - Universidade Federal de Ouro Preto
Éberte Moura Bretas - Especialista - Prefeitura Municipal de Ouro Preto

Versão final

Aprovado em 12 de dezembro de 2019

De acordo

Professor (a) Orientador (a)

Kerley dos Santos Alves



Documento assinado eletronicamente por **Kerley dos Santos Alves, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 20/12/2019, às 10:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0029958** e o código CRC **3A39F717**.

Referência: Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 23109.204228/2019-82

SEI nº 0029958

R. Diogo de Vasconcelos, 122, - Bairro Pilar Ouro Preto/MG, CEP 35400-000
Telefone: 3135591447 - www.ufop.br

Dedico este trabalho a todos aqueles que um dia poderiam ver o turismo como um inimigo.

AGRADECIMENTOS

A vida tem uma mania bonita de nos surpreender sempre, o universo é perfeito em todos os seus detalhes: Sator Arepo Tenet Opera Rotas, “o criador mantém tudo em sua perfeita ordem”. Agradeço, então, em primeiro lugar, a ele. A todos aqueles que, de alguma forma, continuamente ou não, esteve comigo em meio a essa caminhada tão significativa e construtiva que foi estar na Universidade Federal de Ouro Preto. Minha família: minha avó Edna, mãe, meu avô-hai Daniel que deve estar muito orgulhoso de mim aonde ele estiver, a meu pai Wellington, Heloysa, Trovão, Jojô, Felipe e Danielzinho: a vocês, devo tudo que sou e que um dia ainda serei. À família ouro-pretana da minha República Aruanda, que fica lá na terra do nunca, casa de muié arretada! Lorena, Jade e Lívia, sem vocês, não seria possível passar por todo esse processo louco. Com vocês, vi o que é ter um lar e uma irmandade. Aos amigos da República Acrópole, Manicômio e Xiboca por tantos momentos gostosos, e a todos os amigos que essa cidade insana, que carrega tamanha beleza em sua complexidade, me trouxe: Giu, Uriel, Carol, Lucas, Bruna, Capitão, Clepto, César, Vizinho, Fábio Jr., Antibiótico, e todos aqueles com quem compartilho incríveis memórias desse tempo aqui vivido. Aos amigos de Betim Texas que estiveram sempre comigo: Anns, Taline, Weverson.

Agradeço em especial à minha orientadora Kerley dos Santos Alves, por todo seu cuidado, paciência e ajuda. Sem você teria sido muito mais árduo esse processo! Aos demais professores que, lindamente, me presentearam com diversos ensinamentos: professora Alissandra Nazareth, Leandro Brusadin, Isabela Frederico, Carol Lescura, Maria do Carmo, Luana Melo, Bruno Bedim. Por fim, agradeço à gloriosa Universidade Federal de Ouro Preto.

Obrigada por terem me suportado e agregado tanto nesta jornada incrível e insana, de tamanho engrandecimento. “Me sinto em casa em qualquer lugar, mas sou turista em todos. Sou viajante em qualquer lugar, sou uma parte do todo”. The world is ours!

“(...) A vida me fez de vez em quando pertencer, como se fosse para me dar a medida do que eu perco não pertencendo. E então eu soube: pertencer é viver. Experimentei-o com a sede de quem está no deserto e bebe sôfrego os últimos goles de água de um cantil. E depois a sede volta e é no deserto mesmo que caminho!”

Clarice Lispector

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivos identificar e analisar projetos de extensão cadastrados na Pró Reitoria de Extensão da Universidade Federal de Ouro Preto, que tenham em seus objetivos as formas de uso e apropriação da cidade e de seu patrimônio pelos moradores. Além de conhecer a visão dos envolvidos e se, no Plano Municipal de Turismo de Ouro Preto há ações que visem a apropriação da cidade pelos autóctones. A metodologia escolhida foi a pesquisa bibliográfica, realização de entrevista semiestruturada com coordenadores, participantes de projetos de extensão e gestores municipais. A análise teve caráter exploratório e descritivo, com base nos relatos dos entrevistados. Os resultados identificados apontam para a necessidade de um maior investimento municipal, para ampliar a abrangência e efetividade das ações existentes, envolvimento da comunidade e maior comprometimento de gestores e coordenadores de projetos. Pode-se concluir que a extensão universitária caracteriza uma alternativa que deve ser utilizada mais e melhor em prol dos moradores de Ouro Preto, visto que, mesmo com todas as barreiras que dificultam suas abrangências, os projetos conseguem cumprir com seus objetivos propostos. Com base na pesquisa realizada, foi identificada a importância de promover políticas públicas que tenham como foco a comunidade de Ouro Preto, e ações mais abrangentes que promovam a inclusão social e a apropriação territorial da comunidade.

Palavras-Chave: Turismo; Ouro Preto; Pertencimento; Projetos de extensão; Universidade Federal de Ouro preto.

ABSTRACT

The present work aimed to identify and analyze extension projects registered with the Dean of Extension of the Federal University of Ouro Preto, which have in their objectives the forms of use and appropriation of the city and its heritage by residents. In addition to knowing the views of those involved and whether, in the Ouro Preto Municipal Tourism Plan there are actions aimed at the appropriation of the city by indigenous people. The chosen methodology was bibliographic research, semi-structured interviews with coordinators, extension project participants and municipal managers. The analysis was exploratory and descriptive, based on the reports of the interviewees. The identified results point to the need for greater municipal investment to expand the scope and effectiveness of existing actions, community involvement and greater commitment of project managers and coordinators. It can be concluded that the university extension characterizes an alternative that should be used more and better for the residents of Ouro Preto, since, even with all the barriers that hinder their scope, the projects can meet their proposed objectives. Based on the research conducted, it was identified the importance of promoting public policies that focus on the Ouro Preto community and broader actions that promote social inclusion and territorial appropriation of the community.

Keywords: Tourism; Ouro Preto; Belonging; Extension projects; Federal University of Ouro Preto.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ARROP – Associação das Repúblicas Reunidas de Ouro Preto

ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IUCN – Conservação da Natureza e seus Recursos

ONU – Organização das Nações Unidas

PROEX – Pró Reitoria de Extensão

REFOP – Repúblicas Federais de Ouro Preto

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

UDM – Universidade Desce o Morro

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – Pichação em frente a linha de trem no bairro Barra

FIGURA 2 – Projetos de extensão voltados para inclusão e educação patrimonial

FIGURA 3 – Pontos positivos e negativos do ponto de vista dos coordenadores

FIGURA 4 – Pontos positivos e negativos do ponto de vista dos participantes

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I – As vertentes do patrimônio, Ouro Preto, a Educação Patrimonial e o Turismo	15
1.1. Patrimônio, patrimônio mundial e Ouro Preto como cidade patrimônio. .	15
1.2. Relação Educação Patrimonial e Turismo	19
1.3. Turismo e Educação Patrimonial	20
CAPÍTULO II – A cidade é da comunidade?	25
2.1. Identidade cultural e o pertencimento	25
2.2. As barreiras da inclusão do morador ouro-pretano	27
2.3. A importância da extensão universitária para a comunidade	28
CAPÍTULO III – A extensão universitária e as formas de apropriação da cidade patrimônio	30
3.1. Procedimentos metodológicos	30
3.2. Projetos republicanos e de extensão pesquisados: caracterização e possibilidades de apropriação	33
3.3. A concepção dos coordenadores sobre a efetividade dos projetos	36
3.4. A concepção dos participantes dos projetos sobre o uso dos espaços turísticos e apropriação local	40
3.5. A concepção dos gestores públicos municipais sobre a apropriação local	42
3.5.1. Escola piloto do Programa de Educação	46
Considerações Finais	50
Referências Bibliográficas	53
APÊNDICES	57

INTRODUÇÃO

Ouro Preto, a primeira cidade brasileira classificada como patrimônio histórico e artístico nacional e da humanidade, em 1980 (UNESCO, c2017) possui características marcantes logo para quem chega na cidade: ladeiras, o enorme contraste que se faz presente entre as grandes igrejas barrocas e rococós, casas brancas e coloniais, praças, chafarizes do centro histórico e as casinhas coloridas empilhadas que se estabeleceram em torno do centro. Os morros de Ouro Preto aparentam ocupar mais espaço do que o centro histórico em si, oferecendo, ao olhar, um notável contraste.

A rica história e os atrativos turísticos tais como igrejas, museus, casarões antigos, minas, entre outros, garantem o potencial turístico da cidade. No entanto, um questionamento é gerado: teria a comunidade ouro-pretana um bom usufruto e ciência do patrimônio mundial no qual vivem? Entre 2016 e 2017, surgiram algumas pichações pela cidade, as quais tinham uma emblemática frase: a cidade é da humanidade mas não da comunidade”, a partir disso, comecei a refletir sobre esse fato. No intuito de entender melhor o assunto, fez-se necessário verificar a existência de integração e do diálogo da comunidade com a cidade em si, compreendendo como se dá a relação dos moradores para com os produtos turísticos de Ouro Preto.

Houve então o interesse de entender como o fenômeno turístico afeta essa comunidade, se existem iniciativas que buscam incentivar os moradores a conhecerem mais e melhor a sua cidade, gerando, além de uma maior interação morador/território, uma maior preservação do patrimônio histórico presente na cidade, e também uma melhor qualidade de vida para o cidadão ouro-pretano.

Logo, o presente trabalho apresenta como pergunta central e que delinea o estudo: há senso de pertencimento na comunidade de Ouro Preto? Foi investigado a existência de projetos e diretrizes no Plano Municipal de Turismo que incentivam a interação morador-patrimônio.

Os objetivos desta monografia são:

Identificar projetos de extensão cadastrados na Pró Reitoria de Extensão da Universidade Federal de Ouro Preto (PROEX/UFOP), que tenham em seus objetivos as formas de uso e apropriação da cidade e do seu patrimônio pelos moradores, e como

objetivos específicos elencar os objetivos desses projetos, também, conhecer qual a visão dos coordenadores e participantes de projetos de extensão selecionados e por fim identificar também se no Plano municipal de turismo de Ouro Preto há ações direcionadas a apropriação do patrimônio por parte dos moradores.

Para realização da pesquisa, foram feitas pesquisas bibliográficas que abordaram os temas patrimônio, memória, educação patrimonial, senso de pertencimento e identidade cultural. Foi realizada pesquisa de gabinete na Secretaria de Indústria, Turismo e Comércio de Ouro Preto. Também foram feitas entrevistas semiestruturadas com coordenadores, participantes de projetos de extensão e gestores municipais. Os projetos em questão foram escolhidos a partir do intuito de analisar estratégias vindas da extensão universitária para incluir o morador em seu contexto social e territorial. As entrevistas foram feitas de forma online e presencial – variando de acordo com a disponibilidade de cada entrevistado.

A metodologia do trabalho então, se deu através de um processo de coleta de dados juntamente a consultas bibliográficas, e posteriormente os dados coletados foram analisados juntamente com o conhecimento teórico. A pesquisa portanto, é a qualitativa, pois lidou com visões pessoais de coordenadores de alguns projetos de inclusão em Ouro Preto e de seus participantes, entrevista de gabinete com o secretário de Turismo. Posteriormente, os dados coletados foram analisados em conjunto à base bibliográfica existente.

Sendo assim, o presente trabalho está estruturado em três capítulos, o primeiro abordou os conceitos iniciais necessários para compreensão do tema que vem a ser tratado, sendo eles: patrimônio, educação patrimonial e turismo. Foram apresentados os tipos de patrimônio tal como suas relações com o turismo, e também a condição de Ouro Preto como cidade patrimônio.

Já no segundo capítulo, tratada a relação autóctone/patrimônio e todos os derivados deste contato: a construção identitária como fator essencial ao bem estar humano, o sentimento de pertença e todos os bons frutos que ele traz para o cidadão e para a sociedade como um todo, e também as barreiras presentes no caminho para uma efetiva inclusão social.

Adiante, no terceiro capítulo, foram unidas teoria e prática: foram apresentadas as análises provenientes das entrevistas realizadas, como forma de elucidar melhor o contexto atitudinal encontrado através das extensões universitárias e dos gestores públicos, como forma de atingir os objetivos do presente estudo monográfico.

CAPÍTULO I – As vertentes do patrimônio, Ouro Preto, a Educação Patrimonial e o Turismo

Neste capítulo foram introduzidos alguns conceitos necessários para melhor entendimento do assunto, iniciando pela apresentação do conceito de patrimônio e de suas variações e especificações, até chegar na cidade patrimônio Ouro Preto. Posteriormente, no segundo subtítulo, será abordado o conceito de Educação Patrimonial que se liga intrinsecamente aos assuntos que serão abordados neste primeiro subtítulo. E, para fechar o capítulo, foi feita uma análise das relações turismo e educação patrimonial.

1.1. Patrimônio, patrimônio mundial e Ouro Preto como cidade patrimônio.

Neste primeiro tópico buscou-se entender o que é o patrimônio: a etimologia da palavra, o que é patrimônio histórico e a sua importância para a memória, patrimônio mundial e Ouro Preto como patrimônio da humanidade. Facilitado o entendimento do conteúdo do presente trabalho, poderemos então adentrar ao seu assunto central, que é a relação de pertencimento – termo que foi explicado mais adiante – do morador de Ouro Preto à sua cidade.

Patrimônio, do latim *'paternomus'*, é junção das palavras greco-latinas *'pater'* e *'nomus'*, que, respectivamente, significam chefe de família ou, algo que se relaciona aos antepassados, e algo relacionado aos usos, costumes e tradições (CARNEIRO, 2009). Sendo assim, ainda segundo Carneiro (2009), designa a condição de deixar conhecimentos, objetos, costumes, entre outros passarem de geração para geração, como uma espécie de dádiva. O termo historicamente vem sendo usado para designar um conceito de herança, ou *heritage*, em inglês, e, basicamente, designa o conceito daquilo que se possui, que foi recebido, e que se pretende passar para futuras gerações.

Então, patrimônio representa aquilo que se quer guardar, estabelecendo um conjunto de coisas de valor que se herdou, resultados da produção humana. Pode ser material: monumentos, vestígios históricos ou arquiteturais, artefatos expostos em

museus, esculturas, imagens. Pode também ser imaterial: filosofias, artes, literaturas, folclores. Pode ser de valor pessoal ou comunitário, porém sempre contextualizado em termos de conhecimento de valores culturais. Segundo Duarte (1993) a socialização e a apropriação do patrimônio constroem a formação comum do ser humano, e o alijamento dos homens em relação ao patrimônio pode ser a manifestação de um processo desumanizador. Segundo Le Goff (1998), imerso no simbólico, o patrimônio se impõe como lugar de resistência ao desencantamento do mundo.

O patrimônio cultural forma a identidade e é tudo aquilo que resulta da ação dos seres humanos que vivem em sociedade. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) classificou três tipos de patrimônio cultural: monumentos, edificações e sítios. O patrimônio de uma sociedade é uma escolha da mesma sobre aquilo que lhe é mais representativo, e esta escolha depende das relações sociais constituídas no interior da sociedade, o que significa relações de força e de hegemonia, esta última definida pela capacidade que um determinado grupo tem de mobilizar a maior parte da sociedade, ou toda ela, em torno de seu projeto, pautado, sobretudo, no convencimento, não na força física. (CARDOSO, MELO, 2015). Então, para que exista patrimônio, é necessário que exista também reconhecimento, que por sua vez, terá em si atribuídos valor e memória, seja por um grupo de pessoas ou por apenas alguns indivíduos.

Para Marilena Chauí a "memória é uma evocação do passado. É a capacidade humana para reter e guardar o tempo que se foi, salvando-o da perda total. A lembrança conserva aquilo que se foi e não retornará jamais" (CHAUÍ, 2005, p. 138). Então, será eternizado nos monumentos históricos os fatos ocorridos e sentimentos gerados pela existência de algum acontecido ou algum herói da história, ou seja, cria uma ligação permanente entre passado e futuro. Ainda segundo Chauí (1992), relaciona-se patrimônio com uma representação social, sendo alvo de escolhas que estabelecem relações entre o visível e o invisível.

Paoli (1992) afirma que, por vezes, ao se pensar em patrimônio histórico, pensa-se somente em uma imagem congelada no passado, dissociando a preservação de sua significação coletiva, mantendo-a distante de expressar as experiências sociais. Desta

forma, o reconhecimento do passado compõe uma parte importante da cidadania, que é o direito ao passado.

Sendo assim, o sentimento de pertencimento é intrinsecamente ligado aos símbolos gerados através da participação destes cidadãos na construção dos mesmos. A partir deste ideal, acredita-se na necessidade de que haja uma educação patrimonial que oriente os cidadãos a conhecerem e entenderem os contextos nos quais estão inseridos.

Durante muito tempo, foi considerado patrimônio no Brasil apenas os conjuntos arquitetônicos e feitos relacionados ao que se trata de grandes heróis, grandes acontecimentos, resultados das ações de classes dominantes nos diferentes períodos da história brasileira (GRAMSCI, 2001), pretendendo-se passar para as pessoas uma imagem que transmitisse uma ideia e sentimentos relacionados à uma nação e a sua história. A partir de 1960, período pós-guerra, iniciou-se um maior processo de tombamento dos bens, resultante da necessidade de conservação da memória, de testemunhos do passado, lutando contra a transitoriedade do tempo. Segundo Françoise Choay (1992), os patrimônios e monumentos históricos têm como função exercitar, pela emoção, uma história viva (p. 17). Surgiu então o conceito de Patrimônio Histórico, o qual incita, além da questão histórica, a questão cognitiva do patrimônio em si, mantendo a memória viva nas pessoas e despertando sentimentos contínuos em relação ao bem patrimonial.

A partir do conceito de patrimônio, surge uma tipificação: o patrimônio mundial. O conceito de Patrimônio Mundial foi definido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em 1959, e foi oriundo da necessidade de proteger um antigo vale no Egito, onde se encontrava dois importantes templos de uma antiga civilização egípcia: o templo Abu Simbel e o templo Filae. Uma grande represa seria construída nesta região, o que iria desencadear uma inundação e perda destes importantes templos. (UNESCO, c2017)

Então, outros movimentos de preservação de patrimônios iniciaram-se em outros lugares do mundo, alguns deles foram: Paquistão, Veneza, Moenjodaro, Borobodur, entre outros. Visto a aderência deste movimento, a UNESCO deu guarida juntamente ao

Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) ao início de um projeto que visaria proteger o patrimônio cultural.

A ideia de unir os Sítios Culturais aos Sítios Naturais e pregar a sua preservação nasceu em uma conferência realizada na Casa Branca em 1965, na cidade de Washington, nos Estados Unidos. Foi pedido a criação de uma “Fundação do patrimônio mundial”, que teria como dever incentivar as populações de todo o mundo a protegerem as "maravilhosas áreas naturais e paisagísticas do mundo e os sítios históricos para o presente e para o futuro de toda a humanidade" (UNESCO, c2017). Então, na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, ocorrida em 1972 em Estocolmo, foram apresentadas algumas propostas parecidas àquelas feitas em Washington, porém, desta vez, pela União Internacional para a Conservação da Natureza e seus Recursos (IUCN). Então, posteriormente, foi proposta a junção de todos os conceitos trazidos nestas conferências, unificando um ideal que iria incentivar a preservação dos patrimônios, gerando a aprovada Convenção sobre o Patrimônio Mundial Cultural e Natural da UNESCO, em 16 de novembro de 1972. (UNESCO, c2017)

A Convenção definiu como seria feita a identificação de sítios naturais e/ou culturais, descrevendo o dever do Estado em identificá-los e protegê-los. Um termo de compromisso foi assinado por cada país, que estaria se comprometendo a conservar o seu patrimônio, não apenas aqueles mundiais, mas também os nacionais.

Alguns critérios foram estabelecidos pela UNESCO para poder se classificar um sítio como Patrimônio Mundial, dentre eles:

- I: representar uma obra-prima do gênio criativo humano, ou ; - II: ser a manifestação de um intercâmbio considerável de valores humanos durante um determinado período ou em uma área cultural específica, no desenvolvimento da arquitetura, das artes monumentais, de planejamento urbano ou de paisagismo, ou; - III: aportar um testemunho único ou excepcional de uma tradição cultural ou de uma civilização ainda viva ou que tenha desaparecido, ou; - IV: ser um exemplo excepcional de um tipo de edifício ou de conjunto arquitetônico ou tecnológico, ou de paisagem que ilustre uma ou várias etapas significativas da história da humanidade, ou; - V: constituir um exemplo excepcional de habitat ou estabelecimento humano tradicional ou do uso da terra, que seja representativo de uma cultura ou de culturas, especialmente as que tenham se tornado vulneráveis por efeitos de mudanças irreversíveis, ou; - VI: estar associados diretamente ou tangivelmente a acontecimentos ou tradições vivas, com ideias ou crenças, ou com obras artísticas ou literárias de significado universal excepcional (o Comitê considera que este critério não deve justificar a inscrição na Lista, salvo em circunstâncias excepcionais e na aplicação conjunta com outros critérios culturais ou naturais). (UNESCO, c2017).

Segundo Pinheiro (1997), o patrimônio é, para além de uma riqueza nacional inestimável, objeto de estudo, de contemplação estética e de prestígio para a própria nação, sendo responsável pela identidade da nação. Desta forma, “(...) a cultura é assim parte importante da bandeira que define o país, como autoridade soberana e independente” (PINHEIRO, 1997).

Já apresentados alguns conceitos que se fazem necessários para compreender a presente pesquisa, adentramos agora na importância da cidade de Ouro Preto como patrimônio histórico e mundial.

De acordo com Laura de Mello e Souza (1990), Vila Rica (antigo nome de Ouro Preto) foi, no século XVIII, um importante palco no Ciclo do Ouro, e a maior cidade das Américas. Teve o maior índice de população da época, além de inúmeras riquezas oriundas de suas minas e do ouro de aluvião retirado de seu rio, que deu o atual nome à cidade - Ouro Preto. Foi palco da Inconfidência Mineira, movimento que tem nuances do Iluminismo, e que ocorreu quando a elite mineradora se revoltou contra a Coroa Portuguesa devido aos impostos abusivos sobre o ouro extraído.

Segundo Gonçalves (1988), Ouro Preto é uma cidade histórica que possui autenticidade e é considerada pelo mesmo como uma cidade “aurática”. O seu grande acervo patrimonial e colonial incitou o interesse de artistas modernistas, durante as décadas de 20 e 30, e, em 1933, Ouro Preto se torna um monumento nacional através de um decreto nacional. Ainda segundo Gonçalves, a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) contribuiu de forma grandiosa para a elevação de Ouro Preto como monumento.

Em 1980, Ouro Preto foi intitulada pela Organização das Nações Unidas (ONU) como Patrimônio Mundial da Humanidade, sendo a primeira cidade do Brasil a receber esse título. A cidade atende aos requisitos pré-estabelecidos pela UNESCO: possui um belíssimo conjunto arquitetônico e artístico que representa uma importante fase da história da humanidade, e está ligada a eventos e tradições de importância mundial (UNESCO, c2017).

1.2. A conceituação de Educação Patrimonial

A partir do que foi visto, percebe-se um novo tema que se liga aos conceitos já apresentados: a educação patrimonial, que se faz necessária para construir em uma comunidade alguns sentimentos e percepções acerca do lugar que se vive e das relações ali existentes.

Segundo Pinheiro (1997), o patrimônio é, para além de uma riqueza nacional inestimável, objeto de estudo, de contemplação estética e de prestígio para a própria nação, sendo responsável pela identidade da nação. Desta forma, "(...) a cultura é assim parte importante da bandeira que define o país, como autoridade soberana e independente".

O conceito de Educação Patrimonial se originou na Inglaterra (Heritage Education), e foi traduzido por Maria de Lourdes Horta (1994) como "um instrumento de alfabetização cultural, que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórica-temporal em que está inserido". Discutiu-se pela primeira vez este conceito no primeiro seminário no Museu Imperial do Rio de Janeiro, em Petrópolis, onde também foi palco de várias ações educativas realizadas por Horta, ações as quais reforçaram as ações de preservação cultural, as quais foram difundidas no país inteiro através do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). (SANTOS, 2013. P.3).

Inicialmente, segundo Horta (1999), o processo de educação patrimonial era "[...] um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no patrimônio cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo." (HORTA, 1999, p. 6). Logo, objetos históricos são fontes de informação, construindo uma ponte entre a história e aquele objeto. Ainda segundo Parreiras Horta (1999), a educação patrimonial torna o indivíduo apto de se apropriar do patrimônio cultural de forma mais atenta e crítica, participando do processo de valorização e preservação dos bens culturais como forma de fortalecer sua cidadania e, por consequência, a sua identidade.

1.3. Turismo e Educação Patrimonial

A partir da I Guerra Mundial, avanços tecnológicos trouxeram melhorias nos meios de transporte, o trabalhador assalariado passou a ter férias e, com as férias, vieram o ócio. Este ócio levava as pessoas a quererem distrair-se e entreter-se, saindo da rotina

habitual, buscando novos lugares para poderem descansar e se divertir. O setor do turismo – área que já era objeto de estudo desde a antiguidade, onde se realizavam peregrinações e viagens com intuitos de cura – passa a crescer e ter uma legislação, para tornar melhor a experiência e a recepção destes viajantes nos destinos. Além disso, a melhoria da condição econômica das camadas mais baixas da sociedade, antes excluídas deste processo, impulsiona o surgimento de diversas agências de viagem, que oferecem os mais diversos pacotes para os mais diversos públicos.

O turismo então, é uma área interdisciplinar e multifacetada, que tange diversas outras áreas de conhecimento: antropologia, sociologia, psicologia, direito, agenciamento, transportes, hospedagem, gastronomia, lazer, eventos, entre outros. Em si, o fenômeno é tudo que engloba o movimento realizado pelo indivíduo que tem como principal objetivo se entreter em um local fora do seu entorno habitual.

Sendo assim, o turismo é uma importante ferramenta não só para a economia, como também para o desenvolvimento cultural e social. A Constituição Federal de 1988 estabelece, no art. 180, que: “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico” (BRASIL, 1990). Segundo Melo e Cardozo (2015, p.1061),

O turismo cultural pautado pela ação de visitação e conhecimento do patrimônio cultural possui um sentido educativo, pois é uma mediadora no processo de socialização e apropriação dos bens humanos materializados nos patrimônios, que são os atrativos das cidades turísticas. A educação patrimonial como mediadora da atividade turística, ao promover o contato, a socialização e a apropriação do patrimônio pelos turistas, contribui nesta tarefa da produção do ser humano genérico, ou seja, constitui uma forma de realização do trabalho educativo.

Sendo assim, a educação patrimonial passa a ser uma importante aliada para o turismo. Através dela o ser humano poderá se apropriar mais e melhor dos patrimônios que estão ao seu alcance, obtendo frutos mais proveitosos de sua experiência, uma vez que este contato contribuirá para a conscientização e construção ideológica e cultural dos cidadãos que realizam o turismo cultural.

Não obstante, a educação patrimonial será importante também para a valorização e consequente preservação dos patrimônios, garantindo o acesso das próximas

gerações à estes legados tão importantes, e contribuindo para um ideal de desenvolvimento sustentável.

A partir do que foi visto, ficou estabelecida então a necessidade de buscar compreender como a Educação Patrimonial tem se feito presente na vida do cidadão ouro-pretano, se ela se torna efetiva e de qual (is) forma (s). Segundo Galzerani (2008), grupos minoritários de todo o mundo possuem grande determinação em requerer e manter suas memórias; será que isto ocorre de fato em Ouro Preto, principalmente por parte dos cidadãos periféricos? Há o sentimento de pertencimento?

Uma cidade com uma história tão importante e marcante para o nascimento da nação deveria ser usufruída, bem conhecida e ocupada pelos autóctones. É necessário analisar a educação patrimonial oferecida pelas escolas de Ouro Preto e região, visto que a Educação Patrimonial vem a ser um instrumento de “alfabetização social”, que dá abertura para o indivíduo ler o mundo que o rodeia, o levando a compreender o universo sociocultural e a trajetória histórico-temporal em que está inserido. Tal processo leva ao engrandecimento da autoestima dos indivíduos e comunidades, e à valorização de sua cultura, que é o conceito de *Empowerment*, proposto por Paulo Freire (HORTA, 1999, p.4).

Além de ser importante na formação de uma identidade a aproximação da comunidade com o patrimônio, como forma de empoderamento, valorização e preservação das memórias e por consequência, de seu patrimônio (GALZERANI, 2008, p. 226), a presença e relação efetiva dos autóctones para com as áreas turísticas ajuda a fortalecer também o comércio turístico, fomentando a economia local. O que é de grande importância para estes próprios indivíduos, já que há maior circulação econômica ocorrendo na cidade.

Ainda segundo Galzerani (2008) relação dialógica com o outro fortalece a construção social proveniente da relação memória x identidade. Vários questionamentos são levantados a partir de pichações que apareceram espalhadas por toda a cidade, com a seguinte afirmativa: “A cidade é da humanidade mas não da comunidade” (vide Figura 1). A pichação em questão mostra um muro localizado na Barra, área que não é considerada turística no presente momento. Há relação dialógica constante e suficiente nessa sociedade? Quais podem vir a ser outras formas dessa ausência identitária se

manifestar, além de pichações em muros? Há, ou não há, de fato, políticas de inclusão e projetos de educação patrimonial nas escolas? Há valorização e a afirmação da diversidade sócio cultural existente?

Figura 1 – Pichação em frente a linha de trem no bairro Barra.



Fonte: Arquivo pessoal, 2017.

Há projetos que visam levar a comunidade dos morros para conhecer mais e melhor tanto a história quanto os patrimônios históricos de sua cidade? Como esta relação interfere na preservação dos monumentos? Estes são alguns questionamentos os quais o presente trabalho pretendeu discorrer, através de entrevistas e pesquisas bibliográficas.

Com um cunho de educação patrimonial, alguns projetos foram criados para incentivar a apropriação e ensinar a população acerca da importância dos bens culturais nacionais. Antes de 2000, o IPHAN não possuía um setor responsável pela Educação Patrimonial (FERNANDES, 2017. P.70). A partir do reconhecimento dessa necessidade, iniciaram-se várias discussões que levaram, inclusive, ao I Encontro Nacional de Educação Patrimonial (OLIVEIRA, 2011). Em 1979, este discurso começou a ser

aplicado a partir do Seminário Ouro Preto e da implementação de projetos educativos e de recuperação e revitalização do seu conjunto urbano tombado (Programa Cultural de Ouro Preto) (FERNANDES, 2017).

No entanto, para que se efetivassem estes projetos, era necessária uma mudança atitudinal tanto dos cidadãos quanto das organizações institucionais, além da criação de canais de diálogos externos e internos, o que não ocorreu, levando ao fim dos programas em 1981.

Segundo Cantarino [s.d.] um outro exemplo de projeto de educação patrimonial implantado pelo IPHAN foi na cidade de Goiás, em 1990, o qual teve como lema “conhecer para preservar, preservar para conhecer”, e que, em 2009, inspirou a implementação do projeto “Educar para proteger” pela Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul, em cinco municípios do estado, o qual buscou alinhar educação e cultura.

Podemos perceber então, que é real a necessidade da inclusão social e da educação patrimonial em universidades e escolas de ensino médio e fundamental, buscando conscientizar os cidadãos acerca dos bens patrimoniais imateriais e materiais.

CAPÍTULO II – A cidade é da comunidade?

Levando em consideração o que foi visto, alguns temas surgem a partir das ideias de patrimônio, patrimônio mundial, Ouro Preto como patrimônio mundial e a relação dialógica do cidadão com a sua história, sua cultura e o lugar aonde está inserido, surgem algumas questões relacionadas à sociedade e cidadania. Não obstante, alguns projetos – dentre eles os de caráter extensionista da UFOP, que serão infracitados – que tangem estes temas também surgem, visando prover maior proximidade entre a comunidade local e tudo que a cerca.

2.1. Identidade cultural e o pertencimento

Anthony Giddens (1992) em sua obra *Modernidade e Identidade*, alega que a identidade cultural é construída a partir da noção de cultura: características socialmente recebidas como heranças, e que são geradas também a partir do convívio social. O caos potencial ao qual os indivíduos estão submetidos quando vivem e convivem em um ambiente, também serão determinantes de suas ações e suas rotinas, tal como crenças religiosas, jeitos de se vestir, folclore, língua e culinária. Todos estes fatores culturais irão influir na construção identitária, visto que criam e moldam a realidade social e a rotina destes indivíduos, contextualizando suas relações e seus atos.

Identidade, então, irá se referir a uma porção individual do sujeito social, mas que ainda assim é um resultado do ambiente no qual o sujeito está inserido, ou seja, da convivência social. Logo, será todo aquele conjunto de entendimentos que é construído a partir do que a pessoa entende sobre si mesma e sobre tudo aquilo que lhe é significativo (RODRIGUES, 2019). Classe social, gênero e nacionalidade serão fontes de significado construídos socialmente, influenciando no entendimento do sujeito sobre si mesmo.

A teoria sociológica criou duas tipificações de identidade: a identidade social e a autoidentidade. A identidade social é descrita como a visão de terceiros sobre o resultado de todas as inter-relações, fenômenos sociais e culturais existentes no universo de um sujeito em específico, ou seja, é a atribuição de características à uma pessoa pela sociedade. A autoidentidade, por sua vez, é a junção dos atributos que damos a nós

mesmos, a partir da nossa relação individual com o mundo. Esse diálogo entre mundo interior do indivíduo e mundo exterior da sociedade molda a identidade do sujeito que se forma a partir de suas escolhas no decorrer de sua vida (RODRIGUES, 2019).

Por fim, identidade cultural será, então, a relação criada a partir dos reflexos no mundo exterior no universo interior pessoal de cada um, é um processo perpetuado e contínuo, logo, estará sempre sujeito a mudanças e aos efeitos do que ocorre no mundo exterior. Tal como as ações do mundo exterior refletirão no mundo interior, fatores internos: crenças, pensamentos, emoções irão também gerar reflexos no mundo exterior, e é a partir desta relação que a identidade é construída (RODRIGUES, 2019).

Entretanto, se faz necessário o fomento da conscientização e da formação de identidade cultural, que irá trazer para os cidadãos uma melhor experiência das vivências nos locais aonde moram, além de incentivarem o progresso econômico e à conservação patrimonial. No caso das cidades turísticas, por vezes o grande fluxo de pessoas pode interferir na construção da identidade cultural do cidadão, que está imerso em uma efervescência de diferentes culturas interagindo com o meio no qual ele está inserido. Essa identidade cultural, quando ocorrida, irá gerar o sentimento de pertencimento.

Pertencimento diz respeito ao sentimento de pertencer a algo ou a algum lugar. Para Freitas (2008) o sentimento de pertencer a um grupo e lugar mantém a coesão comunitária, de tal modo que entrelaça o lugar, a população e o pertencer, levando o indivíduo a olhar para algo, e se reconhecer naquilo. Implica na identificação daquele indivíduo como parte de uma cultura, de um local, e de uma sociedade que possui características culturais próprias.

O sentimento gerado nos sujeitos sociais pelo ambiente em que vivem carrega as singularidades de sua formação e encerra circunstâncias emocionais, muitas vezes, apenas vividas ali. A referida manifestação é relevante para a vida social, um sentimento que deve ser levado em consideração nos estudos e análises de comunidades (FREITAS, 2008).

Logo, a formação cultural da sociedade irá ser constituída a partir do reconhecimento ou da estranheza perante os lugares, gerando sentimento de pertencimento aos mesmos, às características culturais, símbolos e valores.

No entanto, esse processo de formação não se inicia naturalmente no intelecto e no âmago das pessoas: ações educativas, iniciativas de administrações municipais e projetos de inclusão são fatores atuantes nesse sentido. E, devido à questões sociais explicadas a seguir, algumas camadas da sociedade são excluídas deste processo de educação.

2.2. As barreiras da inclusão do morador ouro-pretano

O processo modernizador, ocorrido no Brasil nos séculos XIX e XX, teve grande influência nos movimentos europeus e atraiu muitas pessoas para sua aderência. No entanto, este modelo não alcançou a sociedade como um todo, excluindo desta educação as camadas mais baixas da sociedade. Com o povo iletrado, e dependente das classes dirigentes, os instrumentos de dominação social se solidificaram (Canclini, 2011, p. 67-71). As elites brasileiras, com o intuito de tornar o conhecimento acessível apenas para poucos privilegiados, buscou o controle social através de medidas de regulamentação do uso do espaço urbano, não levando em consideração a escolha dos habitantes dos locais a serem transformados. Estes fatos levaram a uma nítida separação dos ambientes urbanos por classes.

Portanto, ocorre uma desterritorialização que leva ao rompimento com o sentimento de pertencimento com o lugar. Isto por que esta manipulação dos territórios urbanos, que representa a civilização, destrói os elementos que ligavam os agentes sociais aos lugares através do seu processo de enraizamento. (CARDOSO, CURA, *et al.* 2017)

Tânia Fedotovas Lopes, antropóloga, em sua dissertação de mestrado - “Ouro Preto: o drama social do direito ao patrimônio”, de 2004, afirma que viver em Ouro Preto significa experimentar um paradoxal sentimento de orgulho e de exclusão social. (CANTARINO, [s.d.]).

Segundo Tavares (2014, p.181), a exclusão social é reconhecida como um fenômeno multifatorial pela Psicologia Social Crítica, extrapolando o foco exclusivamente socioeconômico das necessidades dos sujeitos e abarca componentes éticos,

psicológicos e sociais, que precisam ser compreendidos em seu processo multidimensional. Ainda segundo Tavares (2014, p. 193),

A construção da identidade e da subjetividade dos indivíduos são processos psicossociais que têm em sua composição fatores históricos e contextuais, que afetam as relações e segmentam a sociedade em classes e/ou categorias. Dessa forma, acentuam-se as semelhanças e diferenças entre os indivíduos e produzem, ao mesmo tempo, sentimentos de pertença a determinados grupos, bem como discriminações e exclusão de outros.

A perspectiva de que a sociedade humana é uma composição sócio-histórica, sendo os sujeitos ativos e passivos nas suas histórias (VIGOTSKI, 2001), é embasada no materialismo histórico-dialético, e supera as dicotomias indivíduo e sociedade, interno e externo. Está ocorrendo o desenvolvimento da Psicologia Social Crítica, que atua com grupos minoritários, exigindo a produção de um conhecimento que amplie a mera descrição da realidade social, e que, fundamentalmente, assume o papel de contribuir com a formação social (SAWAIA, 2010). A Psicologia Social Crítica reconhece, como condição básica de todos os sujeitos a sua inclusão em um grupo, a sua valorização, os desejos e os sentimentos que cada um traz ao ficar impossibilitado de participação na sociedade, aos quais Sawaia (2010) denomina de sofrimento ético-político. (TAVARES, 2014).

Desta forma, demonstra-se importante o sentimento de pertencimento nos cidadãos, fazendo parte da condição humana. É necessário que os seres humanos se sintam parte da sociedade. E esta formação se dá a partir da relação destes cidadãos com o meio e as pessoas com os quais convivem, além de outros meios que irão fortalecer estas relações e integrações.

2.3. A importância da extensão universitária para a comunidade

Neste tópico será explicado o conceito de extensão universitária, para que assim seja facilitado o entendimento dos projetos abordados no terceiro capítulo.

Projetos de extensão são intervenções realizadas pela Universidade em conjunto com a comunidade, compartilhando com esta última, os conhecimentos adquiridos no ambiente acadêmico, de forma a atender necessidades existentes. Os projetos de

extensão podem possuir diversos cunhos diferentes, sendo eles: educativos, científicos, tecnológicos, e, no caso dos que foram abordados para realização do presente trabalho, inclusivos.

A partir disso, é estabelecida uma relação universidade-comunidade, permitindo que os conhecimentos e estudos oriundos da academia sejam perpassados aos cidadãos, de forma a enfrentar problemas, questões sociais, e suprir demais necessidades que possam vir a aparecer.

Na UFOP, a responsável pelos projetos de extensão é a PROEX, a qual, em sua *homepage*, afirma que seus objetivos são:

Fortalecer as ações de extensão universitária, reforçando o protagonismo da UFOP na mobilização de esforços da comunidade acadêmica e de outros segmentos da sociedade, para a construção de processos de conhecimento e transformação das realidades sociais em consonância com a Política Institucional da UFOP e com a Política Nacional de Extensão Universitária, buscando sempre a transversalidade, a inclusão, a dialogicidade e a valorização das ações de forma humanitária e consciente. (PROEX, 2016)

Um novo estatuto está sendo criado para legislar a PROEX e as extensões universitárias. De acordo com os artigos citados, ainda na *homepage* da PROEX:

Art. 46 - Esta universidade contribuirá, por meio de atividades de Extensão, para o desenvolvimento material e cultural da comunidade, envolvendo cursos, serviços e atividades.
Parágrafo único - As atividades extensionistas desenvolvidas por membros da comunidade universitária serão registradas e acompanhadas pela Pró-Reitoria de Extensão.

No novo Estatuto, cuja observância está sendo programada pelo CUNI, o assunto é tratado no artigo 54, que diz o seguinte:

Art. 54 - A Extensão Universitária, fundamentada na indissociabilidade com o Ensino e a Pesquisa, terá como objetivo desenvolver um processo educativo, cultural e científico, em articulação com a comunidade externa e com a participação dessa comunidade, para assegurar relações transformadoras entre a Universidade e a sociedade. (PROEX, 2016)

Após abordados os assuntos presentes nesta seção, o capítulo que se segue irá adentrar na metodologia utilizada para problematizar as questões suscitadas para elaboração deste estudo monográfico.

CAPÍTULO III – A extensão universitária e as formas de apropriação da cidade patrimônio

Neste capítulo foi demonstrada a pesquisa realizada com base em projetos de extensão universitária da UFOP, os quais apontam, em seus objetivos, para a temática interação, inclusão e pertencimento de moradores na cidade. Foram analisadas as respostas recebidas com base nas seguintes categorias: concepção dos coordenadores e equipe, concepção dos participantes e concepção dos gestores municipais e do responsável pela escola piloto de um dos programas atuantes na Prefeitura.

3.1. Procedimentos metodológicos

Muitos são os questionamentos e inquietações que são gerados a partir do distanciamento da cidade que “é da humanidade, mas não da comunidade”. Neste presente trabalho então, tais temáticas foram verificadas e analisadas. Houve intenção de analisar se há estratégias para convidar os autóctones ouro-pretanos para conhecer a história da cidade em que estes vivem, verificar o nível de participação e envolvimento da comunidade nos projetos, identificar se há efetivação dos projetos existentes e atitudes vindas da Prefeitura Municipal de Ouro Preto.

A pesquisa foi realizada, inicialmente através de pesquisa bibliográfica, a qual começou a ser feita em 2018, tendo como tema principal, inicialmente, o sentimento de pertencimento e identidade cultural. Conforme o assunto foi se desdobrando, alguns horizontes se ampliaram, chegando à educação patrimonial e preservação. A pesquisa bibliográfica se estendeu também durante o ano de 2019.

Para que o estudo se tornasse possível, optou-se por uma pesquisa de caráter qualitativo, exploratório e descritivo. Sobre o caráter qualitativo e descritivo de pesquisas científicas, Bryman (1992) acredita que, para a análise de fenômenos e questões sociais, a metodologia de pesquisa adequada passa a ser a qualitativa, visto que o pesquisador estará em contato direto com as pessoas entrevistadas, possibilitando maior versatilidade no que diz respeito às interpretações geradas. Sobre o caráter exploratório, Andrade (1999) define que este método permite ao pesquisador obter maiores

informações sobre o assunto a ser estudado, possibilitando até que novos pontos do assunto tratado sejam suscitados, ampliando os horizontes da pesquisa. Já o viés descritivo da metodologia diz respeito ao fato da intenção de descrever fatos e fenômenos de uma realidade existente (TRIVIÑOS, 1987).

Os dados apresentados são referentes a entrevistas semiestruturadas realizadas, que foram direcionadas a coordenação e participantes de alguns projetos selecionados, e gestores municipais. Os entrevistados foram escolhidos de forma a obter informações que possibilitassem a análise do panorama ouro-pretano, no sentido de ações existentes para a inclusão do morador. Esta escolha ocorreu durante o início do mês de outubro de 2019, opção da pesquisadora de buscar projetos indicados por participantes, utilizando a plataforma digital da PROEX, no qual estão catalogados os atuais projetos de extensão da Universidade. Apesar de existirem mais projetos voltados para os temas aqui tratados, três foram escolhidos.

Após escolhidos os projetos de extensão da Universidade, ainda no início do mês de outubro as perguntas foram elaboradas para os coordenadores e para os participantes e gestores. Para ampliar a percepção acerca dos projetos, foi orientada a técnica bola de neve, na qual cada orientador deveria indicar um participante do projeto para também ser entrevistado. As entrevistas relacionadas à extensão universitária foram realizadas entre os meses de outubro e novembro.

Em seguida, ainda no mês de novembro, na intenção de viabilizar uma verificação mais profunda das ações existentes, houve contato com a Secretaria de Turismo da Prefeitura de Ouro Preto, através de ligações telefônicas. O fato de o secretário de turismo estar de férias fez com que a entrevista fosse realizada com a turismóloga atuante na Secretaria, a qual indicou mais uma entrevistada. As entrevistas aqui elencadas foram realizadas de forma presencial e virtual, variando de acordo com a disponibilidade de cada entrevistado. Todas foram realizadas ao longo do mês de novembro.

Para a realização das pesquisas, com o intuito de melhor entender o ponto de vista dos coordenadores e dos participantes de determinados projetos acerca da inclusão social em Ouro Preto, três projetos de extensão foram escolhidos. O primeiro foi o Projeto Conviver, que tem como objetivo a inclusão e empoderamento do morador de Ouro

Preto, o capacitando para poder experienciar o turismo vivo e, assim, obter mais autonomia e poder, até mesmo, incrementar suas habilidades profissionais, melhorando sua qualidade de vida.

O segundo projeto escolhido foi o Amálgama Territorial. O projeto visa fortalecer o vínculo entre o ouro-pretano com o seu território, utilizando da arqueologia da Serra de Ouro Preto para resgatar memórias.

O terceiro projeto é o Universidade Desce o Morro, realizado pela Associação das Repúblicas Reunidas de Ouro Preto (ARROP) e das Repúblicas Federais de Ouro Preto (REFOP). É um projeto social que visa aproximar os universitários da comunidade ouro-pretana, através de eventos que incluem oficinas, música, teatro, atividades oferecidas por projetos de extensão e pelos centros acadêmicos da UFOP, entre outros.

As entrevistas foram realizadas ao longo do mês de Outubro e Novembro, de forma presencial e todas foram gravadas – com os devidos consentimentos dos entrevistados – para melhor transcrição das informações coletadas. Tiveram caráter de aprofundamento juntamente à técnica bola de neve, na qual cada orientador indicou um participante do projeto para ser entrevistado. As perguntas elaboradas para tal foram as seguintes:

- 1- Quais os objetivos do projeto e como ele foi idealizado?
- 2- Qual é a abrangência e o público do projeto? por que?
- 3- Quais as sensações e questionamentos este projeto te traz?
- 4- Qual o feedback do público alvo do projeto?
- 5- Você acredita que há inclusão social do morador? Se não, quais outras alternativas você pode apontar para que haja melhoria nesse quesito?
- 6- Você percebe outras ações existentes para essa melhoria?
- 7- Quais pontos positivos e negativos você percebe no projeto?
- 8- Você acredita que o projeto propicia e permite ao morador conhecer a cidade, a se relacionar com os espaços e também socialmente?

Já as perguntas feitas aos participantes dos projetos foram as seguintes:

- 1- Como você ficou sabendo do projeto? Por que participa e como foi o processo de escolher participar do projeto?
- 2- Na sua visão, quais os pontos positivos e os pontos negativos do projeto?
- 3- Você acredita que o projeto propicia/permite as pessoas a conhecerem a cidade, e a se relacionarem com os espaços de lazer e turismo?
- 4- Alguma consideração?

As questões foram elaboradas de acordo com os objetivos estabelecidos para o presente estudo monográfico, de forma a se criar articulação com o referencial teórico estudado a partir das respostas coletadas.

A utilização das pesquisas bibliográficas juntamente às entrevistas permitiram conhecer melhor as ações existentes e verificar o entendimento da importância da educação patrimonial e de suas próprias inclusões no turismo local.

3.2. Projetos republicanos e de extensão pesquisados: caracterização e possibilidades de apropriação

A extensão universitária, conforme abordado no capítulo anterior pode ser uma forma de estímulo à comunidade no que se refere à inclusão e apropriação social, interagindo de diferentes formas com seu público-alvo. De acordo com pesquisa realizada, foram encontrados 96 projetos cadastrados/ divulgados no site da PROEX, dentre estes, existem vários que tangenciam os temas do presente trabalho.

Para o prosseguimento da pesquisa, dois projetos de extensão foram selecionados: o Conviver, o Amálgama Territorial e um programa intitulado “Programa Municipal de Educação e Patrimônio: Ouro Preto, meu lugar”. Um terceiro projeto encontrado é o Universidade Desce o Morro, que, por sua vez, não é de caráter extensionista, mas sim uma junção das repúblicas de Ouro Preto para sanar necessidades da comunidade ouro-pretana. Os objetivos dos projetos estão definidos conforme Figura 2:

FIGURA 2 – Projetos de extensão analisados

Nome do projeto	Objetivos	Público
Conviver - Valorização e capacitação de pessoas para o turismo vivo.	Capacitar a comunidade para desenvolver atividades turísticas, culturais e artísticas, com o intuito de estimular o desenvolvimento de sentimento de pertença nos participantes.	Crianças, jovens, adultos e idosos da cidade de Ouro Preto.
Amálgama Territorial	Estimular o vínculo da comunidade com o seu território a partir dos patrimônios históricos e culturais.	Bairro Padre Faria
Universidade Desce o Morro	Promover a aproximação entre a comunidade e os universitários.	Sede de Ouro Preto

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Quanto a concepção dos projetos e a relação com a comunidade, de acordo com as especificidades de cada um, ela parte da tentativa de atender demandas de instituições parceiras da universidade, no caso a prefeitura de Ouro Preto quanto a sensibilização e capacitação ao turismo local, quanto da tentativa de estimular a interatividade dos moradores no âmbito do lazer e do patrimônio e da cultura, conforme fragmentos das falas:

“Atender a uma demanda da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação e Cidadania, e a intenção era atender e capacitar jovens, mulheres e famílias que possuem um documento que se chama CAD único, e também pessoas com situação de vulnerabilidade social, que seriam indicadas pelo CRAS em parceria com a Secretaria Municipal de Turismo, tendo em vista a continuidade às ações de sensibilização, capacitação, para o turismo especialmente nos distritos, na vertente do desenvolvimento local no turismo” (Projeto 1)

“Ter uma interação com a cidade de Ouro Preto, e estimular as pessoas a participar de atividades semelhantes, a mostrar que nós, estudantes, que somos pessoas de fora da cidade, se nós conseguimos fazer isso, o morador também consegue fazer isso” (Projeto 2)

“Entender o que a comunidade do Padre Faria entende do seu território e da paisagem, quais são as referências afetivas que eles tem, de um ponto de vista patrimonial e cultural, e a partir desse processo, diagnosticar se há um reconhecimento do patrimônio arqueológico do Vale do Jô, que fica no Padre Faria e é resultado das primeiras ações de mineração que ocorreram nos primórdios da ocupação de Ouro Preto, e a partir desses processos buscar como um objetivo mais a longo prazo, ações que promovam uma gestão compartilhada desse patrimônio arqueológico e ambiental.” (Projeto 3)

Os projetos de extensão representam uma oportunidade da realização de parcerias com outras instituições, realizando intercâmbios que serão importantes para o suprimento de demandas oriundas da sociedade.

Assim, na concepção dos coordenadores e equipe dos projetos, as ações são realizadas de modo participativo, priorizando o desenvolvimento do sentimento de pertença e da memória:

“São várias oficinas, elas acontecem semanalmente tanto na UFOP quanto nos principais atrativos de Ouro Preto e existe uma articulação muito forte com os equipamentos e atrativos turísticos, e com as pessoas que são envolvidas com turismo, pois a ideia é que essa morador se aproprie de fato da sua cidade: se aproprie de uma cidade turística” (Projeto 1)

“É promover ações de fortalecimento das noções de pertencimento ao território, trabalhando as referências de uma memória de longa duração, que pode ser compreendida a partir do patrimônio arqueológico” (Projeto 3)

De acordo com Freitas (2008), o sentimento de pertença, seja a um grupo, ou a um lugar, entrelaça a comunidade, o lugar e o pertencer, gerando uma coesão comunitária, e, em alguns casos, apego com a paisagem.

Em relação a abrangência dos projetos no intuito de gerar sentimento de apropriação e pertinência em seu público alvo,

“Hoje nós temos um público muito mais extenso do que em 2017, pois temos crianças, jovens, adultos, idosos, homens e mulheres. Então o projeto acaba estendendo para além do público inicial que foi demandado em 2017 pelas secretarias. Então cada participante passa a ter autonomia pra convidar vizinhos, pessoas que conheça, e os próprios participantes fazem os convites aos moradores de Ouro Preto.” (Projeto 1)

“O projeto abrange toda a cidade de Ouro Preto e a gente é mais focado em Ouro Preto em si, não nos distritos. Isso por que nós temos uma dificuldade de logística, de conseguir fazer o transporte, de conseguir atuar em alguns distritos de Ouro Preto, visto que Ouro Preto é muito grande em extensão. E como a maioria dos estudantes se concentra na cidade, fica mais fácil e o impacto que nós causamos na cidade é maior se nós agirmos aqui.” (Projeto 2)

“Por enquanto a abrangência tem sido restrita. Pois como todas são comunitárias, nós começamos nos aproximando das lideranças. E como ocorre em vários outros lugares e nós já diagnosticamos, nem sempre as lideranças estão em consonância em relação às expectativas, anseios, então o ano de 2019, que as ações começaram em abril, nós começamos essa aproximação, então foi um ano onde a gente começou a entender aonde a gente teria maior resultado das ações propostas, então nós terminamos o ano de 2019 com um vínculo e uma proximidade mais efetivas com as lideranças para começar de fato

um mapeamento afetivo das referências patrimoniais e paisagísticas que está no centro da proposta do projeto.” (Projeto 3)

É perceptível, então, de acordo com a fala dos coordenadores dos projetos 2 e 3, uma barreira gerada pela falta de transportes disponíveis para uso dos projetos, impossibilitando os mesmos de atingirem uma maior parcela da comunidade de Ouro Preto tal como de seus distritos.

Quanto aos questionamentos que o projeto suscita:

“O projeto é extremamente gratificante de se realizar, uma vez que o impacto que nós causamos na cidade é muito grande. Nós conseguimos ver que nós conseguimos inspirar as pessoas de Ouro Preto a ter ações semelhantes, a por exemplo, olhar pra praça do bairro, e ver que está abandonado e que é possível fazer algo ali, assim como a UDM fez.” (Projeto 2)

“A sensação principal que o projeto nos trouxe esse ano, e é inevitável de dizer, foi de um certo abandono do programa em relação ao que a gente estava fazendo, foi um pouco complicado no início a aproximação entre os coordenadores de projetos” (Projeto 3)

Se por um lado, no projeto 2, existe gratificação pela efetividade do projeto, no projeto 3 existe uma preocupação advinda da falta de conciliação dos coordenadores dos projetos, fator este que, segundo a entrevistada, influenciou na efetividade do programa:

“Então o principal questionamento que levantamos foi até que ponto esse programa realmente existia.” (Projeto 3).

O presente tópico pôde responder a algumas questões levantadas para elaboração deste trabalho: existem ações que são voltadas para a inclusão social do morador de Ouro Preto, mostrando que, por outro lado, existe uma exclusão institucionalizada da comunidade. Os objetivos dos projetos se mostram de acordo com as especificações estabelecidas para escolha dos mesmos. No entanto, as barreiras financeiras dificultam a abrangência dos projetos, visto que os distritos nem sempre são inclusos nestes trabalhos.

3.3. A concepção dos coordenadores sobre a efetividade dos projetos

Neste tópico adentraremos na questão da efetividade dos objetivos estabelecidos pelos projetos, de acordo com a visão dos coordenadores dos mesmos. Utilizando como base, para tal análise, as respostas às perguntas 4, 5, 6, 7 e 8. Quando questionados sobre o feedback do público alvo do projeto,

“É comum a gente escutar que o projeto permitiu o aumento da autoestima, que as pessoas se sentem com mais autonomia, que o projeto é um espaço de convívio e aprimoramento. Uma participante com mais de 60 anos quando recebeu o primeiro certificado do Conviver (após ter mais de 60% de participação nas atividades) disse que achou isso maravilhoso, que era o seu primeiro certificado da vida.” (Projeto 1)

“O feedback é muito positivo, o cidadão de Ouro Preto fica muito agradecido quando a gente consegue cumprir tudo aquilo que a gente se propôs a fazer, e ver o resultado final, ver o impacto que a gente conseguiu causar e que é um esforço que qualquer pessoa da cidade poderia fazer. Então é realmente muito bom fazer parte.” (Projeto 2)

“O feedback tem sido bastante positivo, apesar da nossa inserção ainda ser bastante tímida, o que a gente consegue dar conta, pois temos somente um bolsista e um voluntário.” (Projeto 3)

Os três projetos demonstram possuir um *feedback* positivo, demonstrando sua efetividade. Porém, a coordenadora do projeto 3, em contrapartida do relato do *feedback* ser positivo, aponta também que um *feedback* de crítica costuma ser recebido, a respeito do descaso de alguns coordenadores de outros projetos, os quais, segundo a entrevistada, “não apareceram mais” e não liberaram recursos dos trabalhos realizados pelos mesmos, conforme fragmento a seguir:

“E, na verdade, ao mesmo tempo, tem sido um *feedback* de crítica das ações do programa, de outros coordenadores de projetos que desapareceram, que não vincularam direito esse ano, então nós ficamos um pouco em saia justa. Temos escutado críticas de outros coordenadores que não apareceram mais, mas também não liberam os recursos de trabalho das ações das oficinas pra eles trabalharem independentemente, é uma metodologia que no nosso laboratório nós questionamos um pouco.” (Projeto 3)

A inclusão social do morador é um fator indispensável para a qualidade de vida dos sujeitos e do ambiente no qual os mesmos estão inseridos, tornando melhor a relação cidadão-meio e por consequência, a preservação patrimonial, tal como foi

explicitado no segundo capítulo deste trabalho. Quando questionados sobre a crença na inclusão do morador de Ouro Preto através dos projetos, as respostas foram:

“Sim, pois o projeto promove uma intervenção humanizada, que prevê a troca de conhecimento e o fortalecimento do potencial dos participantes envolvidos.” (Projeto 1)

“Acredito sim que haja inclusão social, uma vez que todo mutirão a gente tem a presença de algumas pessoas aqui de Ouro Preto trabalhando, as pessoas que as vezes colaboram com a gente, por exemplo, se a gente precisar de um eletricitista ou de um pintor, serão pessoas da cidade que vão estar trabalhando e ajudando a gente a cumprir nossos objetivos.” (Projeto 2)

“Eu creio que sim, mas tenho consciência de que são trabalhos que tem que ter um caráter permanente.” (Projeto 3)

É importante que hajam ações vindas de diversos agentes presentes na sociedade, tais como: prefeitura, instituições, da própria comunidade, etc. Isto para que o alcance das ações tal como suas respectivas abrangências e efetividade se tornem maiores e reais, pois, segundo Amaral (2006),

“A sensação de “pertencimento” significa que precisamos nos sentir como pertencentes a tal lugar e ao mesmo tempo sentir que esse tal lugar nos pertence, e que assim acreditamos que podemos interferir e, mais do que tudo, que vale a pena interferir na rotina e nos rumos desse tal lugar.”

Quando perguntados sobre suas percepções acerca de outros projetos e ações existentes, não houveram respostas de nenhum dos projetos: fator este que pode vir a demonstrar realmente uma escassez de ações inclusivas em Ouro Preto, ou, por outra percepção, a falta de divulgação das ações existentes, visto que não há nenhuma citação de nenhum orientador.

Na Figura 3, estão demonstrados os pontos positivos e os pontos negativos de cada projeto, de acordo com a visão pessoal de cada coordenador.

Figura 3 – Pontos positivos e negativos do ponto de vista dos orientadores

	Conviver (Projeto 1)	Universidade Desce o Morro (Projeto 2)	Amálgama Territorial (Projeto 3)
Pontos Positivos	O aumento da autoestima dos participantes, estímulo aos seus	O grande impacto gerado na cidade através das	A intenção de continuar lutando por um ideal.

	aprimoramentos pessoais e profissionais.	revitalizações de espaços.	
Pontos Negativos	Poucos alunos voluntários formando a equipe do projeto.	Falta de interação da comunidade com o projeto, falta de patrocínio.	Falta de comprometimento de alguns coordenadores.

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Interações e incentivos tais como patrocínios são importantes para que determinados projetos se solidifiquem e possam exercer suas propostas para a sociedade. Porém, em alguns casos, essas interações e ajudas não ocorrem como o esperado: não existem patrocínios nem muita adesão da comunidade.

“O projeto depende de patrocínio, então nós vamos em comércios, em diversos estabelecimentos pedindo ajuda, seja com materiais, seja com dinheiro, e as vezes nós sentimos muita falta disso aqui na cidade. Na última edição, por exemplo, o maior patrocínio que tivemos foi da comissão de formatura do (período) 18.1, que doou um patrocínio muito grande para o projeto. Mas de comércio, o maior patrocínio que tivemos foi de 200 reais. E dessa forma fica difícil fazer algo grande arrecadando tão pouco. (...) A grande vontade que nós que compomos a comissão temos com relação ao futuro do projeto é que a gente tivesse a adesão de mais membros da comunidade na comissão. Nós já tentamos uma vez, chamar a população pra fazer parte da comissão organizadora, porém não tivemos tanto êxito nisso.” (Projeto 2)

Os objetivos dos projetos analisados estão todos relacionados à melhoria da relação da comunidade com os espaços públicos tais como para com a própria comunidade em si, criando uma certa harmonia e coesão social, visto que os sujeitos, ao se reconhecerem na cidade, também reconhecem a cidade como seu próprio patrimônio, valorizando-o e preservando-o. A importância dos projetos de extensão é demonstrada através das respostas, visto que eles atendem as premissas de articulação com a comunidade, possibilitando uma melhoria na vida da mesma.

Os projetos, quanto à sua eficácia em atender a essa necessidade, afirmam:

“Muitos dos moradores em alguns momentos mencionaram que nunca haviam visitado os atrativos da cidade. Então o projeto propiciou sim essa interface, e para além da visita aos atrativos, esses moradores também puderam fazer, sobretudo agora em 2019, as atividades ficaram divididas entre uma semana na UFOP e outra eles vivenciavam algo turístico. Eles tiveram a experiência desde dormir em hostel, de conhecer hotéis de Ouro Preto, de fazer uma visita técnica por exemplo no Hotel Solar do Rosário, e as visitas aos atrativos que são comuns e que são divulgados no turismo de Ouro Preto.” (Projeto 1)

“Eu acredito que o projeto proporciona não só conhecer a cidade. Acho que a palavra certa seria redescobrir (...) e quando você consegue trazer um projeto desses para esse lugar, o que você consegue fazer é realmente redescobrir aquela praça, é reativar aquilo. A comunidade irá sim voltar a utilizar o lugar e a valorizá-lo, e isso vai ter um impacto muito grande na cidade.” (Projeto 2)

“Longe disso. Acho que a realidade dessas comunidades está tão distante da cidade no sentido patrimonial mais amplo. Eles são tão alijados dos processos. O nosso objetivo está muito mais focado no Padre Faria e em criar mecanismos e estratégias de construir junto com eles ações de fortalecimento socioeconômico a partir da própria autogestão do patrimônio cultural deles. Acho que a partir disso, acho que esse fortalecimento gera sim desdobramentos que podem sim alcançar a praça Tiradentes, vamos dizer assim. (risos)” (Projeto 3)

A partir do que foi visto e analisado, conclui-se que existem diversas barreiras que dificultam o processo de execução dos projetos, entre eles, como já citado: a falta de recursos monetários, de adesão da comunidade, de transportes, e até mesmo de comprometimento de coordenadores. No entanto, os Projetos 1 e 2 confirmam sua eficácia no que tange a possibilidade de propiciar ao morador ouro-pretano o conhecimento de sua cidade, demonstrando serem capazes de cumprir com seus objetivos.

Como recurso utilizado para prosseguir e aprofundar as entrevistas, cada coordenador indicou um participante do projeto a ser entrevistado, seguindo o método bola de neve, conforme explicitado anteriormente. A visão dos participantes é importante para que seja possível conhecer percepções sobre os projetos. No próximo tópico, então, estarão analisadas as respostas dos participantes.

3.4. A concepção dos participantes dos projetos sobre o uso dos espaços turísticos e apropriação local

Neste tópico estão elencados alguns pontos que facilitam a observação dos projetos. No entanto, apenas os Projetos 1 e 2 indicaram participantes para serem entrevistados.

Os pontos positivos e negativos dos projetos, do ponto de vista dos participantes foram citados da seguinte forma que se mostra na Figura 4.

Figura 4 – Pontos positivos e negativos do ponto de vista dos participantes dos projetos

	CONVIVER (Projeto 1)	Universidade Desce o Morro (Projeto 2)
Pontos positivos	Articulação da subjetividade a uma prática política.	Aproximação da comunidade com a UFOP. Demonstração dos projetos e trabalhos da UFOP.
Pontos negativos	Necessidade de maior apoio da UFOP e do município com apoio na divulgação, concessão de meios de transporte, etc.	A participante diz que acredita não haver aspectos negativos no projeto.

Percebe-se que os participantes entram em consenso quanto aos pontos positivos dos projetos, confirmando os objetivos dos mesmos. Para continuar analisando a efetividade das ações, os participantes responderam sobre a propensão dos moradores a conhecerem melhor a cidade através dos projetos, se relacionando melhor com os espaços de lazer e turismo.

“Permite sim, é o que a gente vê o tempo todo. Nos relatos, as pessoas contam que com o projeto são bons pra elas pois através delas estão lidando melhor consigo mesmas, estão sabendo falar melhor sobre a cidade, as pessoas contam que recebem amigos e já podem responder as perguntas que seus amigos trazem sobre a cidade. Nós podemos pensar em uma intensidade, como potencializar isso, mas ele está permitindo sim.” (Participante do projeto 1)

“Por exemplo, quando eu cheguei em Ouro Preto eu não sabia andar na cidade, o que existia era apenas a UFOP e o centro. E através do projeto nós e os outros participantes podemos olhar e conhecer a cidade de outras formas.” (Participante do projeto 2)

É interessante observar um ponto levantado pelo Participante do projeto 1, ainda no âmbito do reconhecimento do território através do projeto:

“Todo mundo que está trabalhando no campo do social e nas instituições de cuidado, para você conseguir incluir o usuário, os sujeitos que você acompanha e atende, você tem de estar primeiro incluído: você deve estar a vontade no seu trabalho. Não que não irá haver certas angústias e um mal-estar, mas você deve estar minimamente incluído e orientado, pra você conseguir algum efeito nos outros sujeitos atendidos, se não, você não consegue. Então uma coisa que eu vejo que agrega para mim como técnico são as informações sobre a cidade, eu preciso conhecer o território para fazer um atendimento realmente efetivo, para não ser somente um atendimento simplesmente burocrático. Então eu posso dizer que o projeto, ele agrega e renova o trabalho, à medida que eu, como técnico, me sinto mais incluído também na cidade.” (Participante do Projeto 1)

Sendo assim, os dois participantes também demonstram acreditar na efetividade dos projetos, no que diz respeito a permitir ao cidadão conhecer melhor e se apropriar da cidade na qual este vive. Após contestados pontos positivos, pontos negativos, e a percepção acerca da possibilidade de apropriação da cidade, no próximo tópico serão trazidas as entrevistas relacionadas com gestoras públicas e uma participante do projeto piloto realizado pela Prefeitura, citado a seguir.

3.5. A concepção dos gestores públicos municipais sobre a apropriação local

A gestão pública denota um importante papel no que se refere ao incentivo e criação de práticas e projetos que promovam educação patrimonial e apropriação do morador. Não obstante, também é essencial para o desenvolvimento dos projetos que não estejam vinculados à Prefeitura. Isto por quê, como demonstrado através das entrevistas com os coordenadores, por vezes fatores como verba e transporte são diferenciais necessários para o desenvolvimento de ações voltadas à comunidade. Uma entrevista foi realizada então, na Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio da Prefeitura de Ouro Preto. Segundo Lopes (2004)

Não cabe ao Iphan proporcionar à população de Ouro Preto a infraestrutura básica - como saneamento, emprego, educação, moradia e saúde. Há uma confusão de papéis entre o que seriam as atribuições do Iphan e o que seriam as atribuições da prefeitura, do estado e do governo federal. Na verdade, o Iphan acaba por se tornar uma espécie de bode expiatório das mazelas de Ouro Preto, na medida em que tudo é culpa do Iphan ou é por causa do Iphan, tanto por parte dos moradores quanto por parte da prefeitura.

A entrevistada afirma que há compreensão da importância da atuação municipal na situação:

“Entendemos que o desenvolvimento local é um processo inerente às políticas públicas. Principalmente, às políticas públicas de turismo. Sendo, baseado nas orientações das esferas políticas públicas federal e municipal, elaboramos o Plano Municipal de Turismo (2017-2027) que apresentam programas, projetos e ações que objetivam fomentar a atividade turística no município. Sob esse aspecto estão inclusos os moradores do município” (Gestora 1)

A importância é confirmada, no entanto no Plano Municipal de Turismo há carência de ações focadas no morador. O único programa citado como exemplo é o de Capacitação e Qualificação, o qual durante a entrevista não houve detalhamento nem indicação das ações exercidas deste programa. Como forma de divulgação dos atrativos da cidade, no intuito de convidar o cidadão a conhecer melhor seu território, foi citado apenas o *website* da Secretaria de Turismo.

“Atualmente, temos vários meios de comunicação onde divulgamos os atrativos, eventos e demais atrações turísticas. Esses meios são acessíveis aos moradores e turistas. Temos as redes sociais, whatsapp e o nosso site www.turismo.ouropreto.mg.gov.br.” (Gestora 1)

Também se mostra aparente a necessidade de uma maior exploração no que diz respeito às formas de incentivar o cidadão a conhecer e disfrutar da cidade. Por um outro lado, diante do contexto patrimonial da cidade histórica de Ouro Preto, também se faz necessária uma articulação das Políticas Públicas de Turismo com uma Política de Educação Patrimonial (Conselho de Patrimônio), para que se torne viável a conscientização dos cidadãos. Um dos motivadores desta pesquisa foi a pichação encontrada em diversos muros da cidade, pichação esta que demonstra o reconhecimento da exclusão da comunidade. A entrevistada, quando questionada sobre a existência da articulação necessária para sanar este problema:

“Sim! Inclusive esse projeto já está sendo executado pela Secretaria Municipal de Educação em parceria com a Secretaria de Turismo. O programa é o Programa Municipal de Educação e Patrimônio.” (Gestora 1)

Seguindo a técnica bola de neve, a gestora do “Programa Municipal de Educação e Patrimônio: Ouro Preto, o meu lugar!” foi entrevistada. Cabe ressaltar que, este projeto é uma junção da UFOP com a prefeitura de Ouro Preto, sendo caracterizado também como extensão. No entanto, em pesquisa realizada na PROEX, os projetos encontrados foram apenas os usuais, e o projeto “Ouro Preto, o meu lugar!” não foi identificado. A descoberta deste projeto se deu através da indicação vinda da Secretaria de Turismo.

A entrevista com a gestora do Programa foi realizada via *email* no fim do mês de novembro, seguindo a mesma estrutura elaborada para os projetos de extensão da UFOP. Em sua fala, ficou demonstrada a ciência da necessidade de atitudes que promovam a inclusão vindas de órgãos municipais.

“O Programa Municipal de Educação de Ouro Preto foi idealizado a fim de suprir a carência de ações voltadas pra educação e patrimônio na rede municipal de Ouro Preto. O programa foi pensado a partir da realidade dos alunos de escolas públicas municipais que não se sentem pertencentes a Ouro Preto e nem a enxergam como uma cidade patrimônio cultural da comunidade. O programa foi pensado exatamente para tentar estimular nos alunos a autoestima e a sensação de pertencimento e a apropriação em relação ao patrimônio histórico local.” (Gestora 2)

Os objetivos do Programa conversam com os objetivos dos projetos de extensão aqui analisados, porém agindo de forma educacional, levando o patrimônio e seu reconhecimento para escolas públicas e municipais de Ouro Preto e dos distritos, que, segundo a entrevistada, são excluídos do sentimento de pertencimento à cidade de Ouro Preto. Enquanto abrangência,

“O Programa se destina inicialmente aos alunos da rede municipal pública de ensino de Ouro Preto, em todos os segmentos desde a educação infantil até a educação de jovens e adultos. Foi pensado dessa forma exatamente para conseguir levar um programa permanente que foi caracterizado como uma política pública criada por lei municipal, de forma a levar para as escolas públicas municipais um programa permanente de atividades voltadas para o desenvolvimento do sentimento de pertencimento da comunidade em relação ao patrimônio cultural da cidade.” (Gestora 2)

Mais uma vez, conforme o que já foi dito para os outros projetos aqui explorados, é mencionada a necessidade de quebrar barreiras que dificultam o avanço das ações

pretendidas, tais como falta de investimento. No entanto, apesar das dificuldades encontradas, o projeto já gera retornos positivos, segundo a entrevistada.

“Há envolvimento integral dos alunos de todos os turnos de duas escolas e de um turno da educação de jovens e adultos da terceira escola. Os questionamentos dizem respeito ao fato de como conseguiremos desenvolver mais atividades com todas as carências financeiras consigam suprir as demandas que nós temos, principalmente em relação ao transporte. Porque fazer um programa de educação patrimonial voltado para a valorização do eu como patrimônio requer antes de tudo que os alunos conheçam Ouro Preto como um todo, o que é uma dificuldade grande principalmente para os alunos que estão nos distritos, dificultando o transporte dos mesmos até a sede (...) abrir as portas das instituições e do município como um todo para os alunos é muito satisfatório, e é possível ver que dessa forma eles passam a se sentir parte desse todo cultural, que faz de Ouro Preto uma cidade que é patrimônio da humanidade.” (Gestora 2)

“A falta de estrutura financeira e de pessoal para que nós consigamos ampliar o aspecto da nossa atuação. A falta de investimento na área de educação e de cultura como um todo é o maior problema nessas áreas. Falta de interesse e de recursos, de empresários, de políticos, pra ajudar as ações já existentes a serem desenvolvidas de uma forma eficaz.” (Gestora 2)

Quando questionada sobre a inclusão social do morador de Ouro Preto, a resposta foi negativa, juntamente à indicativa de que políticas públicas se fazem necessárias para perpetuação das ações, reforçando tudo o que já foi dito anteriormente.

“Não, não acredito que há inclusão do morador de Ouro Preto, e se há, é mínima possível. Eu aponto como alternativas para melhorar essa situação justamente o desenvolvimento de programas institucionalizados, políticas públicas permanentes voltadas pra inclusão da comunidade como um todo, nas esferas culturais, que normalmente são de fácil acesso para os turistas. (...) Conseguindo um investimento para nós levarmos a cabo todas as atividades que estamos propondo, com certeza daqui alguns anos conseguiremos perceber os resultados desse programa, levando de fato a comunidade de Ouro Preto, ou grande parte dela, a se sentir integrada ao todo cultural local.” (Gestora 2)

Também de imensa importância, a união das ações existentes mais uma vez é citada, fato que se articulou com a opinião da coordenadora do Projeto 3. Este fator, se alcançado, permitirá atender mais pessoas de diferentes perfis em Ouro Preto. Então, apesar da existência de outros projetos percebidos pela entrevistada, existem empecilhos que impedem suas respectivas alavancagens.

“Ouro Preto sempre contou com vários projetos de educação patrimonial, desenvolvidos pelas próprias escolas mas de ações individuais de professores que se interessam pelo tema, também por instituições museológicas, quase todos os museus de Ouro Preto desenvolvem ações voltadas para a inserção da comunidade em seus espaços, a Universidade e o IFMG também contam com projetos nessa área, o que eu acho que falta é uma sistematização desses projetos que ocorrem isoladamente, de forma que a gente consiga criar uma rede de relacionamento que pela própria união será capaz de atender a uma demanda maior (...) a ampliação desse aspecto de atuação depende de recursos humanos e financeiros, então nós não conseguimos prever quanto tempo irá levar para atingir a uma parcela maior da comunidade ouro-pretana. De qualquer forma, o programa visa permitir sim ao morador conhecer a cidade e a se relacionar com os espaços, e também socialmente.” (Gestora 2)

O final desta pesquisa exploratória se deu através da entrevista com a escola piloto participante do Programa Municipal de Educação Patrimonial, e a análise foi feita no tópico que se segue.

3.5.1. Escola piloto do Programa de Educação

Para averiguar os resultados e percepções do “Programa Municipal de Educação e Patrimônio: Ouro Preto, meu lugar”, uma escola do distrito de Santo Antônio do Leite – que já é participante do programa desde setembro de 2018 – foi indicada pela Gestora 1 para posterior entrevista, realizada no mesmo dia da entrevista com esta última. Inicialmente já é perceptível a abrangência um pouco mais forte deste Programa, visto que está atendendo a uma escola distrital.

“Os pontos positivos são as discussões em relação ao pertencimento a cidade de Ouro preto, pois o distrito do Leite, apesar de ser muito próximo à sede, tem um distanciamento muito grande para os alunos. Então isso é uma questão assustadora, mas movimentou toda a comunidade e os alunos. Não que antes não se trabalhasse a questão patrimonial, mas o programa deu um estímulo a mais para esse trabalho.” (Representante da escola)

Dos projetos entrevistados, este é o que mais atingiu as pessoas, pois abarca também as escolas dos distritos. No entanto, um ponto negativo citado para o Programa também vem a ser o fator de transporte e logística, tal como as respostas dos coordenadores e participantes dos outros projetos tornaram possíveis de inferir.

“Acredito que o programa propicia a questão de afetividade relacionada ao lugar, o que engrandece o nosso propósito. Está sendo muito produtiva a

nossa participação no programa, é muito bom ver a mudança de visão dos alunos e essa construção de pertencimento deles em relação à cidade de Ouro preto (...) um ponto negativo é a questão do transporte em si, pois nesse um ano do programa nossa dificuldade foi agendamento de visita por questão de transporte, pois necessitamos dele para nos deslocarmos até a sede, e não tem como criar sensação de pertencimento sem os alunos conhecerem a cidade.” (Representante da escola)

Por fim, na fala da representante da escola, é confirmada a importância da Educação Patrimonial para incrementar a vida dos moradores de Ouro Preto. No entanto, para tal, se torna necessário o reconhecimento e apropriação dos espaços pelos moradores, possibilitando-os de criarem afetividade pelo contexto cultural, social e patrimonial no qual eles estão “inclusos”.

“Não é um processo fácil, é a longo prazo mesmo, mas nós já vemos essa mudança e isso só poderá ser consolidado com essas ações que visam a educação patrimonial, então pertencimento e afetividade só são construídos se eles conhecerem o local no qual eles estão inseridos.” (Representante da escola)

As entrevistas demonstraram que existe a consciência e a preocupação tanto com a Educação Patrimonial quanto à inclusão e apropriação do morador de Ouro Preto no seu contexto como um todo. Fatores estes que caminham juntos, intrinsecamente, como citado pela Gestora 2. O fato de existir essa preocupação contribui para a consolidação da hipótese deste estudo monográfico: que o morador de Ouro Preto precisa ser integrado à cidade, de modo a melhorar tanto a sua qualidade de vida quanto a preservação e economia da cidade.

Poucas foram as ações encontradas em atividade na cidade de Ouro Preto atualmente, e uma barreira existente citada por todos os projetos aqui elencados é a questão do transporte, e da falta de apoio de outros órgãos para que essa barreira pudesse ser suprimida. O coordenador do Projeto 2 também cita que não há tanto envolvimento dos moradores para com a questão de estar participando da organização do projeto, o que foi a causa do fim de um programa de educação patrimonial existente em Ouro Preto em 1980 (citado no segundo capítulo do presente estudo monográfico). O problema mais citado nas entrevistas foi o de falta de transporte para realizar as

atividades propostas pelos programas e projetos, fator este que mudaria com o apoio de políticos, instituições e demais órgãos que poderiam intervir positivamente na situação.

O “Programa de Educação e Patrimônio: Ouro Preto, meu lugar” aparece como uma forte alternativa para construir e desenvolver o sentimento de pertença. Seria interessante se o programa possuísse maiores investimentos, possibilitando-o de estar funcionando em outras escolas das demais localidades de Ouro Preto, alcançando e educando mais crianças e jovens acerca de seu patrimônio, fator este que influencia diretamente na sociedade, como demonstrado a priori neste trabalho. Por ser um projeto que entra em ação ainda nas primeiras fases da vida da pessoa, propicia uma maior chance de estabelecer o sentimento de pertencimento além de colaborar com a construção da identidade pessoal.

O Programa “Conviver: Valorização e Capacitação de Pessoas para o Turismo Vivo” entra em contato tanto em momentos secundários quanto primários na vida de seus participantes, não tão somente de forma educacional, como também profissional. Permite, assim, maior desenvolvimento pessoal e afetividade com o contexto social no qual os participantes estão inclusos. É interessante o fato de como o programa se desenvolveu através do boca a boca, como citado pela coordenadora do Projeto 1, minimizando esforços da coordenação do programa para alavancá-lo por entre a comunidade. Em consonância com a opinião da coordenadora do Projeto 3, é interessante que estes projetos possuam continuidade para perpetuar seus objetivos, visto que, por vezes, pouco tempo de atuação não garante que os participantes conseguirão prosseguir caminhando com suas próprias pernas esse processo de inclusão social.

Um outro fator contribuinte para efetivação dos projetos, como citado pela Gestora 2 seria a estruturação e metodologia dos projetos que existem e compartilham do mesmo ideal: a união fortalece. Por outro lado, o distanciamento enfraquece, ou, parafraseando a coordenadora do Projeto 3, gera um “desamalgamento”. Um envolvimento maior de políticos, instituições e demais órgãos, tal como da própria comunidade também é um ponto que, através das entrevistas realizadas se mostra não só necessário como fundamental para efetividade dos programas e, a longo prazo, para a integração e maior

apropriação da cidade de Ouro Preto por parte de seus moradores. Isto por quê, em todos as entrevistas realizadas, um ponto citado como negativo é a falta de transportes disponíveis para uso dos participantes do projeto. E, se não há acessibilidade o suficiente para os moradores dos distritos, ou até mesmo das periferias da sede de Ouro Preto, a inclusão se torna trabalhosa.

Considerações Finais

Este trabalho teve como objetivo identificar e analisar alguns dos projetos de extensão cadastrados na PROEX, que tenham em seus objetivos as formas de uso e apropriação da cidade e do seu patrimônio pelos moradores. Como objetivos específicos elencar os objetivos desses projetos, conhecer qual a visão dos coordenadores e participantes de projetos de extensão selecionados e por fim identificar também se no Plano Municipal de Turismo de Ouro Preto há ações direcionadas a apropriação do patrimônio por parte dos moradores.

Foi demonstrado que os projetos de extensão aqui citados conseguem, em sua maioria (o Projeto 3 não demonstrou clareza quanto à isso), cumprir com os objetivos pré-estabelecidos pelos mesmos.

Os principais objetivos dos projetos são incentivar a apropriação da cidade pela comunidade, gerando sentimento de integração ao meio e, por consequência, aumento da autoestima e empoderamento, provendo melhor usufruto da cidade pelo cidadão. Essas ações são realizadas tanto através de ações educativas em escolas, quanto de revitalizações feitas em locais abandonados (tais como praças e quadras esportivas), quanto por oficinas de artesanato e experiências realizadas em estabelecimentos turísticos de Ouro Preto.

Para os coordenadores e equipe, apesar das dificuldades encontradas – tais como falta de investimentos, transporte, desleixo de coordenadores e falta de interação da comunidade – os projetos conseguem atuar, alcançando o público alvo estabelecido. Os coordenadores creem que, se houver consonância e unanimidade entre os projetos existentes na cidade além de maiores investimentos e patrocínios, será possível, a longo prazo, a efetiva inclusão dos moradores de Ouro Preto e distritos.

Na visão dos participantes, os projetos cumprem com os objetivos e o fato das pessoas olharem de outra forma e conhecerem melhor a cidade, propiciam a questão de afetividade relacionada ao patrimônio ouro-pretano, ocasionando então o senso de pertença.

No que tange ao Plano Municipal de Turismo de Ouro Preto foi possível identificar que há uma carência de mais diretrizes inclusivas voltadas tanto para o morador de Ouro

Preto quanto dos distritos. Foi percebido também uma limitação na divulgação dos atrativos da cidade, a qual é feita somente através da *internet*, ferramenta que nem sempre está ao alcance de alguns.

É fundamental tanto para o cidadão, quanto para a cidade, quanto para as próximas gerações e até mesmo para os turistas, que os espaços de Ouro Preto sejam apropriados e pertencentes às pessoas que aqui vivem. Dessa forma, um melhor padrão de vida pode ser alcançado: os moradores, ao se sentirem pertencentes ao seu meio, alcançarão melhoras em diferentes níveis da sua vida. Afinal, de mãos dadas com o sentimento de pertença, vem um bônus: a identidade cultural ali construída e fortalecida irá enaltecer a autoestima da comunidade, que irá redescobrir e olhar de uma nova forma o mundo ao seu redor. Não obstante, a comunidade irá valorizar e cuidar do patrimônio tão importante que lhes pertence por legados e gerações, para que este possa continuar também para outros legados e gerações. Desta forma, turistas e Prefeitura também saem ganhando: uma cidade que mantém seus atrativos sempre será uma cidade que receberá visitantes, que, por sua vez, irão movimentar a economia local.

No entanto, os resultados das entrevistas demonstram que é perceptível a exclusão social do morador de Ouro Preto, tornando necessária a existência de programas e projetos que estimulem um maior envolvimento da comunidade com a cidade. Estes projetos podem ser explorados de várias formas, a exemplo dos projetos escolhidos para realização de pesquisa do presente estudo: universitários revitalizando áreas da cidade e assim aproximando a comunidade tanto de áreas urbanas quanto dos próprios universitários, resgatando memórias através da arqueologia, capacitando os moradores para o turismo vivo e outras atividades profissionais e/ou artísticas, levando educação patrimonial às escolas (principalmente às periféricas e às dos distritos).

A elaboração da pesquisa bibliográfica e a conexão dos temas trabalhados não me ofereceram dificuldades, pois antes de serem aprofundados teoricamente, já eram assuntos que se interligavam em minhas reflexões. Foram encontradas dificuldades para realizar as entrevistas propostas, visto que o horário dos entrevistados e muitas vezes o próprio contato com eles foram fatores que atrasaram o andamento da pesquisa.

Para mim foi de imensa satisfação realizar este trabalho e poder responder a alguns dos questionamentos que se formaram em minha cabeça desde a primeira vez

em que vi os muros pichados pela cidade. É gratificante poder chegar a conclusões que possam ser analisadas e utilizadas, quem sabe, em prol da comunidade ouro-pretana. Por um outro viés, a preocupação que me assolou desde o início ainda está presente: quando se tornará possível a apropriação territorial e uma maior inclusão do cidadão ouro-pretano? Haverá, em um futuro próximo, maiores investimentos nos projetos que já existem, e, talvez, quem sabe, um maior envolvimento dos gestores públicos no que diz respeito a haver mais diretrizes inclusivas no Plano Municipal de Turismo? A partir da confirmada importância destes fatores, o que eu espero, de coração, é que a resposta possa ser 'sim'.

Referências Bibliográficas

AMARAL, Ana Lúcia. Pertencimento. Dicionário de Direitos Humanos. Disponível em <http://www.esmpu.gov.br/dicionario/tiki-index.php?page=Pertencimento>. Acessado em mar. de 2019. BERNA, Vilmar. Como fazer educação ambiental. Ed Paulus: São Paulo, 2001.

ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à metodologia do trabalho científico. São Paulo: Atlas, 1999.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BRYMAN, Alan. Quantity and quality in social research. London: Routledge, 1992.

BOSI, E. Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos. 3a ed. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

CANCLINI, Néstor García. Culturas Híbridas - estratégias para entrar e sair da modernidade. Tradução de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: EDUSP, 1997, p. 283-350. ISBN 978-85-314-0382-8.

CANTARINO, Carolina. A consciência do valor. Revista Eletrônica do IPHAN. Disponível em: <<http://www.labor.unicamp.br/patrimonio/materia.php?id=132>> [s.d.]

CAMPOS, Gizely Cesconetto de. Educação, cultura e patrimônio. In: FARIAS, Deisi Scunderlick Eloy de (Org.). Maracajá: pré-história e arqueologia. Tubarão-SC: Unisul, 2005.

CARDOSO, Diogo et al. (2017). Espacialidades e ressonâncias do patrimônio cultural: reflexões sobre identidade e pertencimento. Revista de Geografia e Ordenamento do

Território (GOT), n.º 11 (junho). Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território, p. 83-98, dx.doi.org/10.17127/got/2017.11.004

CARNEIRO, Neri P. Memória e patrimônio: etimologia. In: Webartigos. 11 de jul. de 2009. Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/memoria-e-patrimonio-etimologia/21288>. Acesso em maio de 2019.

CHAUÍ, Marilena. Política cultural, cultura política e patrimônio histórico. In: O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: DPH, 1992.

CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. São Paulo: UNESP, 2001.

DUARTE, N. A individualidade para-si: contribuição a uma teoria histórico-social da formação do indivíduo. Campinas: Autores Associados, 1993.

FERNANDES, Simone Monteiro Silvestre. Reflexões para ações educativas em conjuntos urbanos tombados: Ouro Preto / Simone Monteiro Silvestre Fernandes – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2014.

FERNANDES, Simone Monteiro Silvestre. Ações de Educação Patrimonial em Ouro Preto - Relato de Experiência - Revista Memorare, Tubarão, SC, 2017.

GALZERANI, Maria C. B. A produção de saberes históricos escolares: o lugar da memória In: FERREIRA, Antonio C.; BEZERRA, Holien G.; LUCA, Tania R. de. (orgs). O historiador e seu tempo. p. 223-235. São Paulo: Unesp, Anpuh, 2008.

GIDDENS, Anthony. Modernidade e identidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GONÇALVES, José Reginaldo. Autenticidade, memória e ideologias nacionais: O problema dos patrimônios culturais. Estudos Históricas, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1988.

GRAMSCI, A. Cadernos do cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HORTA, Maria de Lourdes P., GRUNBERG, Evelina, MONTEIRO, Adriane Queiroz. Guia Básico de Educação Patrimonial. Brasília: IPHAN, Museu Imperial. 1999.

Lopes, Tânia Fedotovas (2004). OURO PRETO: O DRAMA SOCIAL DO DIREITO AO PATRIMÔNIO. Tesis de Mestrado Em Antropologia Social, Universidade Estadual De Campinas. Consultado em 06 de nov. 2019 em Catálogo de Teses e Dissertações em Antropologia - Brasil, <https://br.antropotesis.alterum.info/?p=1784>

OLIVEIRA, Cléo Alves Pinto de. Educação patrimonial no Iphan. [Brasília, DF]. 131p., 210x297mm (CGE/DFR/ENAP, Gestão Pública, 2011) - Monografia de Especialização – Escola Nacional de Administração Pública/Diretoria de Formação Profissional, 2011.

PAOLI, Maria Célia. Memória, história e cidadania: o direito ao passado. In: CUNHA, Maria Clementina Pereira da (Org.). Direito à memória. 2ª ed. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico/ SMC/ Prefeitura do Município de São Paulo, 1992, v. 1, p. 25-29. 1992.

POZZER, Márcio Rogério Olivato. A construção histórica do patrimônio cultural. Revista Historiador Número 10. Ano 10. Março de 2018. Disponível em <http://www.historialivre.com/revistahistoriador>. Acesso em jun. de 2019.

PROEX. Estatuto UFOP. [s.d.]. Disponível em: <https://proex.ufop.br/node/6>. Acesso em nov. de 2019.

PROEX. Missão e Valores. [s.d.]. Disponível em: <https://proex.ufop.br/proex/missao-e-valores>. Acesso em nov. 2019

SANTOS. Maria Christina de Lima Félix Santos. Educar para proteger. A educação patrimonial no meio educacional - Projeto da Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul, 2003.

SAWAIA, B. B. (Org.). As Artimanhas da Exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

SOUZA, Laura de Mello e. Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII. Rio de Janeiro: Graal. [Biblioteca de História, 8.]. 1990.

TAVARES, R. C. O sentimento de pertencimento social como um direito básico e universal. Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas, 196 Florianópolis, v. 15, n. 106, p. 179-201, jun. 2014. Disponível em. Acesso em 24 abr. 2019. doi:<http://dx.doi.org/10.5007/1984-8951.2014v15n106p179>

TRIVIÑOS, Antonio Nivaldo S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo, Atlas, 1987.

VIANA, Willian Carboni; QUEIROZ, Luiz Antonio Pacheco de; COSTA, Maria Clara Rocha. Formação ideacional da paisagem e as contribuições da Arqueologia e da Geografia. Revista on-line Sodebras, volume 126, 2016, p. 31-36. Disponível em: . Acesso em 20 abr. 2019.

VIGOTSKI, L. S. A construção do pensamento e da linguagem. São Paulo: Martins Fontes. 2001.

UNESCO. Representação da UNESCO no Brasil. O patrimônio: legado do passado ao futuro. c2017. Página “Cultura”. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/cultura/world-heritage/heritage-legacy-from-past-to-the-future/>. Acesso em abr. de 2019.

APÊNDICES

APÊNDICE I - Entrevista com coordenadora do Projeto 1 - CONVIVER

1- O projeto teve em vista atender a uma demanda da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação e Cidadania, e a intenção era atender e capacitar jovens, mulheres e famílias que possuem um documento que se chama CAD único, e também pessoas com situação de vulnerabilidade social, que seriam indicadas pelo CRAS em parceria com a Secretaria Municipal de Turismo, tendo em vista a continuidade às ações de sensibilização, capacitação, para o turismo especialmente nos distritos, muito na vertente do desenvolvimento local no turismo. Então a ideia naquele momento, era trabalhar uma metodologia participativa tanto para o planejamento turístico quanto para a sensibilização ao turismo, isso para os moradores. Isso em 2017. Em 2018, eu me afastei para o pós-doutoramento e mantive as atividades do projeto até abril, eu não estava mais na UFOP mas havia uma professora substituta. Até abril de 2018, as atividades tiveram a participação da Secretaria Municipal de Turismo, depois do meu afastamento não houve mais essa proximidade. O Projeto trabalha com metodologia participativa, são várias oficinas, elas acontecem semanalmente tanto na UFOP quanto nos principais atrativos de Ouro Preto e existe uma articulação muito forte com os equipamentos e atrativos turísticos, e com as pessoas que são envolvidas com turismo, pois a ideia é que essa morador se aproprie de fato da sua cidade: se aproprie de uma cidade turística, pela via do desenvolvimento local, mas que ele também esteja sensível ao turismo que a cidade vivencia e que por vezes, ele não tem acesso. Como objetivos específicos, é incentivar a apropriação de aspectos referentes a cidadania e conhecer os lugares da cidade bem como o turismo, propiciar a interface entre os participantes e a comunidade acadêmica, promover oficinas e cursos para aprimoramento pessoal também com intuito de aumento da autoestima, empoderamento, aprimoramento profissional também o aperfeiçoamento técnico para o turismo, estimular a efetivação de grupos de vivência, desenvolvimento de talentos, de habilidades e ações que são

demandadas pelo próprio grupo, em 2019 o grupo mesmo demanda por oficinas de artesanato.

- 2- Hoje nós temos um público muito mais extenso do que em 2017, pois temos crianças, jovens, adultos, idosos, homens e mulheres. Então o projeto acaba estendendo para além do público inicial que foi demandado em 2017 pelas secretarias. Então cada participante passa a ter autonomia pra convidar vizinhos, pessoas que conheça, e os próprios participantes fazem os convites aos moradores de Ouro Preto. Outro ponto importante é que nesse contexto, a concepção de turismo de base comunitária acaba emergindo, as pessoas começam a demandar ações e oficinas voltadas pra economia solidária, e então do próprio grupo é demandando além das atividades que já acontecem semanalmente, outras atividades: parte do grupo se organiza todas as sextas feiras para a oficina de artesanato, com intuito não só de integração e de aprendizado, mas também de ao final do ano promover um evento para divulgar os seus produtos.
- 3- O objetivo principal do projeto é sensibilizar e capacitar para a atividade turística e cultural. A intenção é também, além do aprendizado e geração de renda, trabalhar com a interdisciplinaridade entre economia criativa, empreendedorismo, direitos humanos, participação popular, economia solidária e desenvolvimento local. Esse é o escopo do projeto e é o que me vem à mente quando penso nele.
- 4- Em 2017 e 2019 nós mantivemos a avaliação continuada: toda semana, após a atividade realizada, nós aplicamos um questionário para obter um feedback da atividade realizada e a percepção dos participantes. É comum a gente escutar que o projeto permitiu o aumento da autoestima, que as pessoas se sentem com mais autonomia, que o projeto é um espaço de convívio e aprimoramento. Uma participante com mais de 60 anos quando recebeu o primeiro certificado do Conviver (após ter mais de 60% de participação nas atividades) disse que achou isso maravilhoso, que era o seu primeiro certificado da vida. Então eu entendo que o projeto também permeia o desenvolvimento da própria equipe de trabalho. Trabalhamos com voluntários, então todos que participam do projeto e ministram oficinas, promovem as visitas, além da equipe que sou eu, um bolsista e alguns alunos que trabalham de forma voluntária, todos os demais são colaboradores

externos que são ou do CRAS ou são voluntários de Ouro Preto que se propõe a ofertar ou a ministrar alguma atividade, oficina, curso ou visita técnica orientada.

- 5- Sim, pois o projeto promove uma intervenção humanizada, que prevê a troca de conhecimento e o fortalecimento do potencial dos participantes envolvidos.
- 6- Pra 2020, se o projeto for aprovado em sua nova etapa, temos como uma das metas a interface com outros projetos de intervenção da universidade, a maior participação de estudantes como voluntários, pra termos uma maior oferta de atividades e oficinas, além da possibilidade de interagir com outras instituições, outras universidades fora de Ouro Preto, buscando a premissa do '*buen vivir*', do desenvolvimento local, do sentimento de pertença e sobretudo da valorização e da capacitação desses participantes para um turismo que de fato seja vivo.
- 7- Enquanto aspecto negativo, na verdade é algo que eu almejo pro projeto é ampliar essa equipe de voluntários, eu gostaria de ter mais estudantes interessados em participar do projeto e aprimorar suas habilidades e competências em prol do projeto.
- 8- Muitos dos moradores em alguns momentos mencionaram que nunca haviam visitado os atrativos da cidade. Então o projeto propiciou sim essa interface, e para além da visita aos atrativos, esses moradores também puderam fazer, sobretudo agora em 2019, as atividades ficaram divididas entre uma semana na UFOP e outra eles vivenciavam algo turístico. Eles tiveram a experiência desde dormir em hostel, de conhecer hotéis de Ouro Preto, de fazer uma visita técnica por exemplo no Hotel Solar do Rosário, e as visitas aos atrativos que são comuns e que são divulgados no turismo de Ouro Preto.

APÊNDICE II - entrevista com organizador do Projeto 2 – Universidade Desce o Morro

- 1- O objetivo do projeto é promover intervenções na cidade de Ouro Preto em regiões que já não recebem manutenção do município, e dessa forma você ter uma interação com a cidade de Ouro Preto, e estimular as pessoas a participar de atividades semelhantes, a mostrar que nós, estudantes, que somos pessoas de fora da cidade, se nós conseguimos fazer isso, o morador também consegue fazer isso.
- 2- O projeto abrange toda a cidade de Ouro Preto e a gente é mais focado em Ouro Preto em si, não nos distritos. Isso por que nós temos uma dificuldade de logística, de conseguir fazer o transporte, de conseguir atuar em alguns distritos de Ouro Preto, visto que Ouro Preto é muito grande em extensão. E como a maioria dos estudantes se concentra na cidade, fica mais fácil e o impacto que nós causamos na cidade é maior se nós agirmos aqui.
- 3- O projeto é extremamente gratificante de se realizar, uma vez que o impacto que nós causamos na cidade é muito grande. Nós conseguimos ver que nós conseguimos inspirar as pessoas de Ouro Preto a ter ações semelhantes, a por exemplo, olhar pra praça do bairro, e ver que está abandonado e que é possível fazer algo ali, assim como a UDM fez.
- 4- O feedback é muito positivo, o cidadão de Ouro Preto fica muito agradecido quando a gente consegue cumprir tudo aquilo que a gente se propôs a fazer, e ver o resultado final, ver o impacto que a gente conseguiu causar e que é um esforço que qualquer pessoa da cidade poderia fazer. Então é realmente muito bom fazer parte.
- 5- Acredito sim que haja inclusão social, uma vez que todo mutirão a gente tem a presença de algumas pessoas aqui de Ouro Preto trabalhando, as pessoas que as vezes colaboram com a gente, por exemplo, se a gente precisar de um eletricista ou de um pintor, serão pessoas da cidade que vão estar trabalhando e ajudando a gente a cumprir nossos objetivos.
- 6- A grande vontade que nós que compomos a comissão temos com relação ao futuro do projeto é que a gente tivesse a adesão de mais membros da comunidade na comissão. Nós já tentamos uma vez, chamar a população pra fazer parte da comissão

organizadora, porém não tivemos tanto êxito nisso. Por quê é complicado, somos estudantes, temos nossas obrigações, mas a maioria das pessoas trabalha, tem família, diversos outros problemas, o que pode ser um empecilho para a pessoa participar do projeto.

- 7- Um ponto positivo é o impacto que a gente consegue causar na cidade. Por exemplo a reforma que fizemos na quadra da UDM, que nós temos escolinha de futebol de alto nível, as pessoas viajam pela América do Sul para competir e no entanto com uma quadra totalmente depredada, e nós conseguimos reformar a quadra e entregar a eles um produto muito bom. Agora como ponto negativo do projeto, eu acho que falta interação da comunidade com o projeto, nós tentamos divulgar ao máximo, convidar as pessoas para participar, mas é complicado. As pessoas, tem trabalho, família, outras obrigações. E o projeto depende de patrocínio, então nós vamos em comércios, em diversos estabelecimentos pedindo ajuda, seja com materiais, seja com dinheiro, e as vezes nós sentimos muita falta disso aqui na cidade. Na última edição, por exemplo, o maior patrocínio que tivemos foi da comissão de formatura do (período) 18.1, que doou um patrocínio muito grande para o projeto. Mas de comércio, o maior patrocínio que tivemos foi de 200 reais. E dessa forma fica difícil fazer algo grande arrecadando tão pouco.
- 8- Eu acredito que o projeto proporciona não só conhecer a cidade. Acho que a palavra certa seria redescobrir, pois, irei usar como exemplo, a quadra da UDM, que estava totalmente abandonada e nós conseguimos reformar tudo: não só o gramado como a área de lazer das crianças, a quadra, e aquilo estava parado pois ninguém quer estar em um lugar abandonado, sujo, que as vezes pode virar um ponto de venda de drogas pois o mato está muito alto, acaba virando um lugar perigoso. E quando você consegue trazer um projeto desses para esse lugar, o que você consegue fazer é realmente redescobrir aquela praça, é reativar aquilo. A comunidade irá sim voltar a utilizar o lugar e a valorizá-lo, e isso vai ter um impacto muito grande na cidade.

APÊNDICE III - Entrevista com coordenadora do projeto 3 – Amálgama Territorial

1- Os objetivos do projeto são os mesmos que nós aplicamos em um projeto similar, que eu hoje realizo, na verdade é um programa que eu realizo há bastante tempo em relação ao Parque Municipal Arqueológico do Morro da Queimada, que nós já temos realizado há vários anos e tem dado resultados bastante positivos. O objetivo inicial foi dar uma extensão a essas ações no Padre Faria, seguindo as diretrizes do programa Amálgama. Nosso objetivo central é promover ações de fortalecimento das noções de pertencimento ao território, trabalhando as referências de uma memória de longa duração, que pode ser compreendida a partir do patrimônio arqueológico. Nosso objetivo é primeiro entender o que a comunidade do Padre Faria entende do seu território e da paisagem, quais são as referências afetivas que eles tem, de um ponto de vista patrimonial e cultural, e a partir desse processo, diagnosticar se há um reconhecimento do patrimônio arqueológico do Vale do Jô, que fica no Padre Faria e é resultado das primeiras ações de mineração que ocorreram nos primórdios da ocupação de Ouro Preto, e a partir desses processos buscar como um objetivo mais a longo prazo, ações que promovam uma gestão compartilhada desse patrimônio arqueológico e ambiental. Ou seja, fortalecer esses agentes para uma gestão do próprio território, incluindo o fantástico patrimônio arqueológico que eles têm ali.

2- Por enquanto a abrangência tem sido restrita. Pois como todas são comunitárias, nós começamos nos aproximando das lideranças. E como ocorre em vários outros lugares e nós já diagnosticamos, nem sempre as lideranças estão em consonância em relação às expectativas, anseios, então o ano de 2019, que as ações começaram em abril, nós começamos essa aproximação, então foi um ano onde a gente começou a entender aonde a gente teria maior resultado das ações propostas, então nós terminamos o ano de 2019 com um vínculo e uma proximidade mais efetivas com as lideranças para começar de fato um mapeamento afetivo das referências patrimoniais e paisagísticas que está no centro da proposta do projeto.

3- A sensação principal que o projeto nos trouxe esse ano, e é inevitável de dizer, foi de um certo abandono do programa em relação ao que a gente estava fazendo, foi um pouco complicado no início a aproximação entre os coordenadores de projetos, e a gente de forma alguma critica isso em relação à coordenadora do programa, muito pelo

contrário, achamos extremamente compreensível, por que depois que ela atendeu a uma demanda da própria Pró Reitoria de Extensão (PROEX) de coordenar esse programa, logo depois ela assumiu a prefeitura do campus. Eu acho que alguns coordenadores de projeto tentaram de uma forma equivocada se apropriar desse espaço e isso gerou bastante descontentamento de outros coordenadores de projeto e não sei se foi esse o motivo pelo qual não tivemos mais reuniões da metade do ano pra cá. Então o principal questionamento que levantamos foi até que ponto esse programa realmente existia. E não a toa nós aceitamos a sugestão da PROEX de migrar o projeto para o meu projeto Vida Nos Morros, que é um programa que tem objetivos muito similares, as metodologias são as mesmas, então a gente amplia as ações que a gente já faz em outros bairros que são: Morro da Queimada, Santana, Morro São João, São Sebastião, Piedade e também o Padre Faria.

4- O feedback tem sido bastante positivo, apesar da nossa inserção ainda ser bastante tímida, o que a gente consegue dar conta, pois temos somente um bolsista e um voluntário. E, na verdade, ao mesmo tempo, tem sido um feedback de crítica das ações do programa, de outros coordenadores de projetos que desapareceram, que não vincularam direito esse ano, então nós ficamos um pouco em saia justa. Temos escutado críticas de outros coordenadores que não apareceram mais, mas também não liberam os recursos de trabalho das ações das oficinas pra eles trabalharem independentemente, é uma metodologia que no nosso laboratório nós questionamos um pouco.

5- Eu creio que sim, mas tenho consciência de que são trabalhos que tem que ter um caráter permanente. Pois trabalhar apenas um, dois anos, que seja três anos, não garante a inclusão. Nós percebemos que ações comunitárias que dão bom resultado aonde a comunidade realmente se apropria dos processos de forma da gente poder se afastar deles, geralmente são trabalho de uma década ou mais.

6- Eu aponto como estratégia de melhoria a continuidade. A permanência, a paciência, a avaliação contínua. Nós fazemos avaliações semanais no laboratório que é o LAPACOM, que é o Laboratório de Pesquisas em Arqueologia, Patrimônio e Processos Museológicos Comunitários. Então acho que a estratégia é essa, ir com fôlego, humildade e paciência. Acreditamos na força e no potencial dessas ações inclusive para a formação dos nossos próprios alunos.

- 7- Como já disse, o principal negativo é o “desamalgamento” do programa. Essa amálgama não ocorreu. Acho que houve uma ansiedade muito grande de se iniciar, vejo que algumas pessoas chegaram com ideias já prontas na cabeça, talvez pelo processo atropelado que tivemos que escrever os projetos, então talvez esse tenha sido o motivo de ter acontecido alguns ruídos. Para mim, o ponto positivo é a intenção. Que não deve morrer.
- 8- Longe disso. Acho que a realidade dessas comunidades está tão distante da cidade no sentido patrimonial mais amplo. Eles são tão alijados dos processos. O nosso objetivo está muito mais focado no Padre Faria e em criar mecanismos e estratégias de construir junto com eles ações de fortalecimento socioeconômico a partir da própria autogestão do patrimônio cultural deles. Acho que a partir disso, acho que esse fortalecimento gera sim desdobramentos que podem sim alcançar a praça Tiradentes, vamos dizer assim. (risos)

APÊNDICE IV - Entrevista com participante do Projeto 1 – Conviver.

1- Houve o lançamento oficial na Casa de Gonzaga, pelo pessoal da Secretaria de Turismo, no início de 2017. Foi uma atividade que compôs toda a secretaria, da UFOP e os agentes da secretaria de desenvolvimento social. Foi uma atividade de trabalho, o comparecimento na cerimônia de abertura. Eu escolhi participar do projeto para fortalecer a política de assistência. Por que se o CRAS fica somente em “tramburos”, as coisas vão qualificando e fica uma prática empobrecida. Sendo assim, achei uma oportunidade muito interessante, um lugar de encaminhamento pra esses usuários que procuram serviços. Pois o tempo todo do trabalho do CRAS, você tem o acompanhamento e a política, que é a articulação do sujeito na cidade. Então eu enxerguei o projeto como uma prática política para aliar a subjetividade dos participantes a uma prática política na cidade. Nós vemos o tempo todo ao longo do projeto como os participantes se encontram melhor na sociedade, criando mais empoderamento e pertencimento.

2- A articulação da subjetividade a uma prática política como ponto positivo. Os pontos negativos: a parte aqui dentro, de planejamento, nos dois módulos existentes, o integrador e específico acontecem, no que depende da equipe da UFOP e da secretaria acontecem, o que eu acho que falta, no tanto que parte da UFOP quanto do município é um maior apoio, um apoio mais efetivo e prático: transportes, um programa de divulgação, ações para conseguir chegar até os distritos para cobrir os distritos: Antônio Pereira não tem transportes para vir, lá tem pessoas interessadas no projeto que não conseguem vir.

3- Sem dúvidas. Permite sim, é o que a gente vê o tempo todo. Nos relatos, as pessoas contam que com o projeto são bons pra elas pois através delas estão lidando melhor consigo mesmas, estão sabendo falar melhor sobre a cidade, as pessoas contam que recebem amigos e já podem responder as perguntas que seus amigos trazem sobre a cidade. Nós podemos pensar em uma intensidade, como potencializar isso, mas ele está permitindo sim.

4- Todo mundo que está trabalhando no campo do social e nas instituições de cuidado, para você conseguir incluir o usuário, os sujeitos que você acompanha e atende, você tem de estar primeiro incluído: você deve estar a vontade no seu trabalho.

Não que não irão haver certas angústias e um mal estar, mas você deve estar minimamente incluído e orientado, pra você conseguir algum efeito nos outros sujeitos atendidos, se não, você não consegue. Então uma coisa que eu vejo que agrega para mim como técnico são as informações sobre a cidade, eu preciso conhecer o território para fazer um atendimento realmente efetivo, para não ser somente um atendimento simplesmente burocrático. Então eu posso dizer que o projeto, ele agrega e renova o trabalho, a medida que eu, como técnico, me sinto mais incluído também na cidade.

APÊNDICE V – Entrevista com participante do Projeto 2 – Universidade Desce o Morro.

- 1- Eu Conheci o projeto quando entrei na República Snoopy, pois fazemos parte da ARROP e tinha uma moradora membro da diretoria UDM. E quando fui escolhida decidi entrar pois achei muito boa a ideia. Particpei dos mutirões e entrei pro solidário, eu ajudei na tendinha. O projeto é muito bom e eu quis entrar para ajudar as pessoas.
- 2- O ponto positivo do projeto é que ele aproxima as repúblicas da UFOP com a comunidade, pois além da gente ter todo esse trabalho de revigorar e revitalizar uma área da cidade, no dia da entrega nós temos a oportunidade de expor os trabalhos que a UFOP faz, levamos as Empresas Juniores, os Centros Acadêmicos, levamos projetos da UFOP, então essa interação ajuda muito. Não consigo ver pontos negativos, acredito que o projeto só tenha a acrescentar tanto pra gente quanto pra comunidade.
- 3- Acredito que seja muito importante. Por exemplo, quando eu cheguei em Ouro Preto eu não sabia andar na cidade, o que existia era apenas a UFOP e o centro. E através do projeto nós e os outros participantes podemos olhar e conhecer a cidade de outras formas.
- 4- O projeto visa muito conciliar os aspectos da cidade para que possamos viver em harmonia. É muito gratificante a gente ver o que nós fazemos para deixar para as pessoas que vivem nesse meio, como por exemplo as praças que revitalizamos.

APÊNDICE VI – Entrevista na Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio de Ouro Preto

- 1- Entendemos que o desenvolvimento local é um processo inerente às políticas públicas. Principalmente, às políticas públicas de turismo. Sendo, baseado nas orientações das esferas políticas públicas federal e municipal, elaboramos o Plano Municipal de Turismo (2017-2027) que apresentam programas, projetos e ações que objetivam fomentar a atividade turística no município. Sob esse aspecto estão inclusos os moradores do município
- 2- Sim. Como exemplo, possuímos o programa de Capacitação e Qualificação.
- 3- Atualmente, temos vários meios de comunicação onde divulgamos os atrativos, eventos e demais atrações turísticas. Esse meios são acessíveis aos moradores e turistas. Temos as redes sociais, whatsapp e o nosso site www.turismo.ouropreto.mg.gov.br .
- 4- Sim! Inclusive esse projeto já está sendo executado pela Secretaria Municipal de Educação em parceria com a Secretaria de Turismo. O programa é o Programa Municipal de Educação e Patrimônio.
- 5- Estamos executando o Programa Municipal de Educação e Patrimônio, o qual te indico para enriquecer a pesquisa.

APÊNDICE VII – Entrevista com a gestora do Programa Municipal de Educação e Patrimônio

- 1- O programa municipal de educação de ouro preto foi idealizado a fim de suprir a carência de ações voltadas pra educação e patrimônio na rede municipal de ouro preto. O programa foi pensado a partir da realidade dos alunos de escolas públicas municipais que não se sentem pertencentes a Ouro Preto e nem a enxergam como uma cidade patrimônio cultural da comunidade. O programa foi pensado exatamente pra tentar estimular nos alunos a autoestima e a sensação de pertencimento e a apropriação em relação ao patrimônio histórico local.

- 2- O programa se destina inicialmente aos alunos da rede municipal pública de ensino de Ouro Preto, em todos os segmentos desde a educação infantil até a educação de jovens e adultos. Foi pensado dessa forma exatamente para conseguir levar um programa permanente que foi caracterizado como uma política pública criada por lei municipal, de forma a levar para as escolas públicas municipais um programa permanente de atividades voltadas para o desenvolvimento do sentimento de pertencimento da comunidade em relação ao patrimônio cultural da cidade.

- 3- Eu tenho sensação de estar no caminho certo, pois em 10 meses de projeto piloto do programa, nosso programa está sendo executado em 3 escolas municipais e o resultado tem sido bastante satisfatório, há envolvimento integral dos alunos de todos os turnos de duas escolas e de um turno da educação de jovens e adultos da terceira escola. Os questionamentos dizem respeito ao fato de como conseguiremos desenvolver mais atividades com todas as carências financeiras consigam suprir as demandas que nós temos, principalmente em relação ao transporte. Porque fazer um programa de educação patrimonial voltado para a valorização do eu como patrimônio requer antes de tudo que os alunos conheçam Ouro Preto como um todo, o que é uma dificuldade grande principalmente para os alunos que estão nos distritos, dificultando o transporte dos mesmos até a sede.

- 4- Nesses 10 meses de projeto piloto, começamos em setembro de 2018, fomos até dezembro depois retomamos de abril até agora, e o feedback é maravilhoso. Abrir as portas das instituições e do município como um todo para os alunos é muito satisfatório, e é possível ver que dessa forma eles passam a se sentir parte desse todo cultural, que faz de Ouro Preto uma cidade que é patrimônio da humanidade.

- 5- Não, não acredito que há inclusão do morador de Ouro Preto, e se há, é mínima possível. Eu aponto como alternativas para melhorar essa situação justamente o desenvolvimento de programas institucionalizados, políticas públicas permanentes voltadas pra inclusão da comunidade como um todo, nas esferas culturais, que normalmente são de fácil acesso para os turistas. Eu tenho certeza que com o tempo, esse programa irá conseguir abarcar um grande número de alunos de diversas faixas etárias e suas famílias, é um caminho bastante eficaz que eu vislumbro, e, conseguindo um investimento para nós levarmos a cabo todas as atividades que estamos propondo, com certeza daqui alguns anos conseguiremos perceber os resultados desse programa, levando de fato a comunidade de Ouro Preto, ou grande parte dela, a se sentir integrada ao todo cultural local.

- 6- Percebo, sim. Ouro Preto sempre contou com vários projetos de educação patrimonial, desenvolvidos pelas próprias escolas mas de ações individuais de professores que se interessam pelo tema, também por instituições museológicas, quase todos os museus de Ouro Preto desenvolvem ações voltadas para a inserção da comunidade em seus espaços, a Universidade e o IFMG também contam com projetos nessa área, o que eu acho que falta é uma sistematização desses projetos que ocorrem isoladamente, de forma que a gente consiga criar uma rede de relacionamento que pela própria união será capaz de atender a uma demanda maior, o nosso programa também está buscando uma união.

- 7- Os pontos positivos são a confirmação pelos próprios alunos e professores que estão passando pelo projeto piloto, de que as ações que estamos propondo tem dado muito

resultado. Negativo, a falta de estrutura financeira e de pessoal para que nós consigamos ampliar o aspecto da nossa atuação. A falta de investimento na área de educação e de cultura como um todo é o maior problema nessas áreas. Falta de interesse e de recursos, de empresários, de políticos, pra ajudar as ações já existentes a serem desenvolvidas de uma forma eficaz.

- 8- Nós não conseguimos ainda falar da comunidade como um todo, pois nós estamos ainda em um primeiro momento do programa com apenas 3 escolas piloto nele envolvidas, mas a nossa ideia é levar o programa para as demais escolas públicas e municipais, e também as particulares e estaduais, e pra quaisquer outras instituições que desejarem participar. Só que a ampliação desse aspecto de atuação depende de recursos humanos e financeiros, então nós não conseguimos prever quanto tempo irá levar para atingir a uma parcela maior da comunidade ouro-pretana. De qualquer forma, o programa visa permitir sim ao morador conhecer a cidade e a se relacionar com os espaços, e também socialmente. Pois, à medida que a comunidade começa a frequentar esses espaços culturais aos quais ela não tem direito e também não tem acesso, e também começa a socializar os espaços culturais que ela frequenta, por que também é uma via de mão dupla: a comunidade tem uma efervescência cultural nata muitas vezes desconhecida por outra parte da comunidade e também pelos turistas, então é um caminho de mão dupla e o programa contribui com isso sim, e conforme crescer irá conseguir alcançar demais integrantes da comunidade.

APÊNDICE VIII - Entrevista com a pedagoga da escola piloto do Programa de Educação e Patrimônio.

- 1- A escola ficou sabendo do programa por meio da secretaria municipal de educação, que nos convidou para participar da implementação do projeto no seu formato piloto. Para decidir participar, fizemos uma reunião com toda a equipe da escola e fizemos uma votação para decidir se desenvolveríamos ou não o projeto. A maioria optou por participar, e então entramos no programa.
- 2- Os pontos positivos são as discussões em relação ao pertencimento a cidade de Ouro preto, pois o distrito do Leite, apesar de ser muito próximo à sede, tem um distanciamento muito grande para os alunos. Então isso é uma questão assustadora, mas movimentou toda a comunidade e os alunos. Não que antes não se trabalhasse a questão patrimonial, mas o programa deu um estímulo a mais para esse trabalho. Um ponto negativo é a questão do transporte em si, pois nesse um ano do programa nossa dificuldade foi agendamento de visita por questão de transporte, pois necessitamos dele para nos deslocarmos até a sede, e não tem como criar sensação de pertencimento sem os alunos conhecerem a cidade.
- 3- Sim, e não só isso, como também acredito que o programa propicia a questão de afetividade relacionada ao lugar, o que engrandece o nosso propósito. Está sendo muito produtiva a nossa participação no programa, é muito bom ver a mudança de visão dos alunos e essa construção de pertencimento deles em relação à cidade de Ouro preto. Não é um processo fácil, é a longo prazo mesmo, mas nós já vemos essa mudança e isso só poderá ser consolidado com essas ações que visam a educação patrimonial, então pertencimento e afetividade só são construídos se eles conhecerem o local no qual eles estão inseridos.